



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

DANIELA THOMAS RAUBER

“DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE
AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Blumenau/SC
Outubro de 2021

DANIELA THOMAS RAUBER

**“DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE
AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Grimm

Blumenau/SC
Outubro de 2021

R239c

Rauber, Daniela Thomas.

Descomplicando para incluir : um estudo sobre o programa de auxílios estudantis do Instituto Federal Catarinense / Daniela Thomas Rauber ; orientadora Viviane Grimm. - - Blumenau, 2021.

115 p.

Artigo (Mestrado) – Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Blumenau, 2021.

Inclui referências.

1. Assistência Estudantil. 2. Programa de Auxílios Estudantis. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Ensino Médio Integrado. I. Grimm, Viviane. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 371.22

Ficha catalográfica gerada pelo Programa de Geração Automática do ICMC/USP, cedido ao IFC e adaptado pela CTI – Araquari e pelas bibliotecas do Campus de Araquari e Concórdia, e revisada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 24870/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.002247/2021-32

Blumenau-SC, 30 de novembro de 2021.

DANIELA THOMAS RAUBER

**"DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR": UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE
AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de novembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense

Prof^a. Dr^a. Josiela Silveira Cavalheiro

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 16:16)

REGINALDO LEANDRO PLACIDO

DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DIREN/REIT (11.01.18.83)

Matricula: 2278161

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 16:13)

VIVIANE GRIMM

PROFESSOR ENS BASCO TECN TECNOLOGICO

CAMP/BLUM (11.01.09)

Matricula: 1813398

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **24870**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **30/11/2021** e o código de verificação: **5a47e69ad8**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 24871/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.002248/2021-87

Blumenau-SC, 30 de novembro de 2021.

DANIELA THOMAS RAUBER

DESCOMPLICA PAE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre /Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de novembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense

Prof^a. Dr^a. Josiela Silveira Cavalheiro

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 16:16)

REGINALDO LEANDRO PLACIDO

DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DIREN/RET (11.01.18.83)

Matrícula: 2278861

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 16:12)

VIVIANE GRIMM

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO

CAMP/BLUM (11.01.09)

Matrícula: 1813398

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **24871**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **30/11/2021** e o código de verificação: **1120a96bdf**

Dedico este trabalho ao Augusto, que se tornou meu marido no decorrer desta trajetória, meu companheiro de vida, porto seguro e desenvolvedor do “Descomplica PAE”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e pelas pessoas e oportunidades que me apresenta.

Ao meu marido, Augusto, pelo carinho e paciência nesta caminhada do mestrado. Também, por ter topado desenvolver o aplicativo “Descomplica PAE”.

Aos meus pais, Maria Teresa e Quiliano, pelo apoio, carinho e pela educação que me deram.

À minha família e à família do Augusto, pelo carinho e pelos momentos de descontração que fizeram com que o caminho fosse mais leve, principalmente neste momento pandêmico.

À minha orientadora, profa. Dra. Viviane Grimm, pela amizade construída e pela orientação amiga e atenta, me mostrando a importância do processo para atingir o resultado final. Sou muito feliz com a nossa parceria.

Aos demais professores do ProfEPT/*Campus* Blumenau - IFC, pelas vivências e aprendizados, agora percebo o mundo com outros olhos.

À banca de qualificação, Dra. Josiela Cavalheiro e prof. Dr. Reginaldo L. Plácido, pelas excelentes contribuições, que com certeza foram de grande valia para este trabalho.

Aos colegas do ProfEPT/*Campus* Blumenau - Turma 2019, pela amizade e trocas, principalmente no grupo “Caderno 12 de G”, que além conter muito aprendizado e informações, é também muito engraçado.

À PROEN do IFC, e em especial à querida Iara, pela indispensável ajuda nesta pesquisa, pois não foram poucas as vezes em que pedi ajuda. Também às assistentes sociais do IFC, que deram sua valiosa contribuição para aperfeiçoar o trabalho. À Talita e ao Fábio, servidores do *campus* Rio do Sul, pelo auxílio com a roda de conversa, e à Vanessa, servidora do *campus* Brusque, pelo apoio com o pré-teste do questionário com os estudantes.

A todos os estudantes e servidores que responderam aos questionários aplicados e também aos estudantes do *campus* Rio do Sul que participaram da roda de conversa, vocês foram essenciais para a realização desta pesquisa de mestrado, meu sincero obrigada!

Ao pró-reitor de Administração do IFC, Stefano, pela concessão da licença de 20 horas semanais e pela dicas quanto ao tema do mestrado. Também aos colegas da PROAD, em especial à Lucelia, minha colega e amiga, pela compreensão nas minhas ausências.

Enfim, sou muito agradecida por todos que passaram pela minha vida durante o mestrado e contribuíram de alguma maneira.

“Eu não estou interessado em nenhuma teoria
[...] A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais.”
(BELCHIOR, 1976)

RESUMO

O artigo é o resultado de pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do *campus* Blumenau do Instituto Federal Catarinense (IFC), inserida na linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", no "Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT". Esta pesquisa tem como tema o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do Instituto Federal Catarinense (IFC), que faz parte da política de assistência estudantil desta instituição. O objetivo geral é analisar o entendimento que os estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), usuários do Programa de Auxílios Estudantis no IFC, possuem em relação aos limites e possibilidades desse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie na compreensão da política e de seus direitos. A fundamentação teórica utilizada apresenta a história da assistência estudantil no Brasil e contextualiza o leitor sobre a assistência estudantil no IFC, assim como discute sobre conceitos relacionados ao ensino médio integrado. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, sendo os dados coletados por questionário *on-line*, com estudantes do ensino médio integrado do IFC, usuários do PAE e com servidores que trabalham nas comissões de PAE dos 15 *campi* do IFC. A partir dos dados coletados, foi desenvolvido o aplicativo "Descomplica PAE", avaliado por servidores e estudantes. Como resultado, traz-se a perspectiva dos estudantes usuários do PAE e dos servidores atuantes nas comissões de PAE. Uma das principais limitações apontadas é a dificuldade de compreensão dos editais por parte dos estudantes. Quanto ao aplicativo "Descomplica PAE", observou-se que ele tem potencial para auxiliar as comissões de PAE do IFC e amplia a compreensão dos estudantes sobre a política de assistência estudantil.

Palavras-Chave: Assistência Estudantil; Programa de Auxílios Estudantis; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Produto Educacional.

ABSTRACT

This article is the final result of a research carried out in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) on the Blumenau campus of the IFC, inserted in the research line "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)", in "Macroproject 6: Organization of pedagogical spaces in the EPT". The main theme of this research is the Student Aid Program (PAE) of the Federal Institute of Santa Catarina (IFC), which is part of the student assistance policy of this institution. The main objective is to analyze the understanding that high school students, users of the Student Aid Program at IFC, have in relation to the limits and possibilities of this program, in order to create an educational product that helps them in better understanding of politics and their rights. The theoretical foundation used presents the history of student assistance in Brazil and contextualizes the reader about student assistance at the IFC, as well as discusses concepts related to integrated high school education. As for the methodology, it is a case study, with a qualitative approach, with the data being collected through an online questionnaire of IFC high school students, PAE users and IFC employees who works in the PAE committees of all 15 campuses. From the collected data, the application "Descomplica PAE" was developed, which was evaluated by IFC employees and students. As a result, it brings a perspective of student users of the PAE and IFC employees working in the PAE committees. One of the main limitations pointed out is the students difficulty in understanding the government publications. As for the "Descomplica PAE" application, it was noted that it has potential to assist IFC's PAE committees and broadens students' understanding of student assistance policy.

Keywords: Student Assistance; Student Aid Program; Professional and Technological Education; Integrated High School; Educational Product.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal da República Federativa do Brasil
CGPPE	Coordenação Geral de Políticas e Programas Estudantis
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFC	Instituto Federal de Catarinense
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PAE	Programa de Auxílios Estudantis
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	16
2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À PERSPECTIVA DOS DIREITOS.....	19
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DE UM ENSINO MÉDIO INTEGRADO E DE FORMAÇÃO INTEGRAL.....	23
4 O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	25
5 METODOLOGIA.....	27
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
6.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES.....	30
6.2 REFLEXÕES SOBRE O PAE A PARTIR DAS COMISSÕES.....	33
6.3 DESCOMPLICAR PARA INCLUIR: PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DO APLICATIVO DESCOMPLICA PAE.....	36
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL – APLICATIVO DESCOMPLICA PAE	50
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM ESTUDANTES USUÁRIOS DO PAE DO EMI DO IFC – PERÍODO OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2020	62
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	

(TCLE) – PARA OS PAIS - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	67
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) – PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	70
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DAS COMISSÕES DE PAE IFC – PERÍODO OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2020	73
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – QUESTIONÁRIO SERVIDORES	75
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE APLICADO COM SERVIDORES DAS COMISSÕES DE PAE IFC – MAIO DE 2021	78
APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE SERVIDORES.....	81
APÊNDICE I – CONVITE RODA DE CONVERSA “CONHECENDO O APLICATIVO DESCOMPLICA PAE” – COM ESTUDANTES DO EMI DO CAMPUS RIO DO SUL.....	84
APÊNDICE J – FORMULÁRIO COM TCLE (PAIS) E TALE (ESTUDANTES MENORES DE IDADE) – RODA DE CONVERSA	85
APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PARA PAIS – RODA DE CONVERSA.....	87
APÊNDICE L – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) – PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE – RODA DE CONVERSA	90
APÊNDICE M – SLIDES APRESENTADOS NA RODA DE CONVERSA – EM 08 DE JULHO DE 2021	93
APÊNDICE N – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE APLICADO COM ESTUDANTES DO EMI DO IFC – JULHO DE 2021	99

APÊNDICE O – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PARA PAIS – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE ESTUDANTES102

APÊNDICE P – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) – PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE ESTUDANTES.....105

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITE DE ÉTICA DO IFC108

APRESENTAÇÃO

O artigo aqui apresentado é o resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do *campus* Blumenau do IFC, inserida na linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica" (EPT), no "Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT". O tema da pesquisa é a Assistência Estudantil (AE), política pública da área educacional que tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, é desenvolvido pelas diferentes instituições públicas de ensino superior e Institutos Federais (IFs). Nesta pesquisa, tem-se como objeto de estudo o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do Instituto Federal Catarinense (IFC). Mais especificamente, busca-se analisar o entendimento que os estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), usuários do PAE no IFC, possuem em relação aos limites e possibilidades desse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie na melhor compreensão da Assistência Estudantil (AE) e de seus direitos, bem como, busque contribuir com o aprimoramento da comunicação do IFC com a comunidade escolar. A coleta de dados foi realizada através de questionário *on-line* e por análise dos documentos que regulamentam a AE no IFC. A partir da análise dos dados, foi desenvolvido o aplicativo "Descomplica PAE".

Cabe observar que esta pesquisa foi realizada considerando as contradições do sistema capitalista, em que – diferentemente das formas anteriores de sociedade, nas quais a desigualdade era vista como algo natural – é exaltada a igualdade entre os homens, o que representa que todos deveriam ter acesso ao patrimônio humano, e é proclamada a formação integral como um direito de todos, mas a maior parte da população é excluída do acesso a esses recursos que proporcionariam essa formação (TONET, 2006).

Partimos do pressuposto de que, para a educação proporcionar uma formação humana integral para a população excluída da sociedade, é necessário o acesso à informação sobre as políticas e sua participação no desenvolvimento das mesmas. Utilizamos aqui o conceito de publicização adotado por Raichelis (2006), que se alicerça em uma visão ampla de democracia, incorporando novos mecanismos e formas de atuação que incentivem a participação social, de maneira que ela tenha mais representatividade nas organizações da

sociedade, em especial as classes dominadas. O produto educacional Descomplica PAE se baseia nessas concepções.

A AE no IFC está dividida em ações universais e ações do PAE, que diferem conforme o seu público alvo. As ações universais são destinadas a todos os estudantes matriculados no IFC, do ensino médio à pós-graduação, e as ações do PAE são destinadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, conforme Resolução nº 5/2019 – Consuper. As ações universais oferecidas pelo IFC incluem a moradia estudantil, no regime de internato pleno; auxílios para eventos e visitas técnicas; formação política; programa de atenção à saúde do estudante; programa de alimentação escolar; atenção psicológica; assistência social; entre outros.

As ações do PAE são destinadas, exclusivamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, configura-se pela concessão de auxílio financeiro e está em conformidade com que preconiza o Pnaes, que é regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Por vulnerabilidade, o regulamento do IFC sobre o PAE entende como sendo um conjunto de fatores, tais como "incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo" (IFC, 2019d).

A AE é uma política relevante diante das problemáticas sociais, pois surge de lutas dos movimentos estudantis e sociais e é também uma questão educacional, visto que o acesso e a permanência do estudante no espaço educacional é um direito de todos (ALBUQUERQUE, 2017). Além da relevância social que um programa como o PAE possui para a sociedade, outro fator que motivou a escolha deste tema de pesquisa deve-se ao fato de que durante as leituras do referencial bibliográfico para o processo seletivo do Mestrado ProfEPT 2019, um trecho do texto de Maria Ciavatta (2014) chamou a atenção da mestrandia. Nesse trecho, a autora citava a fala de uma entrevista do sociólogo e educador peruano Oscar Jara, que questionava a formação de cidadãos críticos, capazes de transformar a sociedade, em um contexto desigual: “[...] Como fazer isso num país como o Brasil, onde grande parte da população tem preocupações mais urgentes que aprender, como comer e morar?” (JARA s.d.). Essa passagem me fez refletir sobre a situação precária de grande parte da população brasileira e observar na literatura que um meio de modificar essa realidade é através de políticas públicas de Estado, que visam garantir a igualdade de direitos entre a população.

O percurso realizado para elaboração do produto educacional Descomplica PAE e deste artigo final de mestrado iniciou-se com o pré-projeto, no segundo semestre de 2019 e,

após aprofundamento teórico, foi elaborado o projeto de pesquisa. Em junho de 2020 o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do IFC e foi qualificado em setembro de 2020, começando então na sequência a coleta de dados, através de questionário *on-line*, enviado para os estudantes do EMI usuários do PAE e servidores atuantes das comissões de PAE, dos 15 *campi* do IFC. Com base na análise dos questionários, iniciou-se, em fevereiro de 2021, a construção do produto educacional, o aplicativo “Descomplica PAE”, que tem como objetivo aperfeiçoar a comunicação entre IFC e comunidade escolar sobre o PAE. Como conteúdos do aplicativo têm-se abas sobre: o PAE e suas características; objetivos; função na sociedade; o Pnaes, seu objetivo e legislação; história da AE no Brasil, dividida por décadas, constando ainda uma linha do tempo; dúvidas; glossário; quiz, onde os estudantes podem brincar de verificar seus conhecimentos sobre o PAE e a AE; contatos das comissões de PAE nos *campi*. O aplicativo possui um *layout* mais atrativo do que o trazido pelos editais publicados.

Para a realização da pesquisa houve também algumas dificuldades, dentre elas as limitações de participantes na coleta de dados devido à pandemia de Covid-19, em que o tempo de exposição em frente às telas aumentou significativamente, o que pode acarretar menos pessoas interessadas em responder questionários e atividades *on-line*, por exemplo. Ainda, na produção do produto, uma dificuldade observada foi em relação ao seu *design*, em razão de não ter sido contratado profissional dessa área para a tarefa. Além disso, o limite de caracteres do artigo final definido pelo ProfEPT IFC - Blumenau exigiu bastante síntese e em razão disso, não foi possível inserir neste artigo todos os resultados dos questionários aplicados na pesquisa e a discussão teórica com a profundidade que poderia ser abordada. Parte dos dados foram discutidos e publicados, podendo ser acessados em Rauber e Grimm (2021a, 2021b).

Este artigo está organizado em forma de capítulos, iniciando pela introdução, que apresenta a justificativa, a definição do problema e os objetivos propostos. Em seguida, o referencial teórico, para contextualizar o leitor sobre o tema da pesquisa e a perspectiva adotada neste estudo. Na sequência, apresenta-se a metodologia, que se consistiu em um estudo de caso de abordagem qualitativa. No capítulo dos resultados e discussões, apresenta-se a análise e interpretação dos questionários aplicados com estudantes do EMI, usuários do PAE, e servidores atuantes das comissões de PAE do IFC. Também, apresenta-se o percurso percorrido na construção do aplicativo Descomplica PAE, bem como sua avaliação. Por fim, tem-se as considerações finais, onde são trazidos os principais resultados da pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, previsto na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF) que em seu artigo 206, parágrafo primeiro, explicita que um de seus princípios é a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988). A AE é uma política educacional importante para garantia desses princípios, especialmente para a inclusão de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica através da educação (BRASIL, 2010). Entende-se sua importância, também, considerando o contexto de sociedade desigual e dual em que vivemos em nosso País, herança de um Brasil colônia, onde, em 2019 “a parcela de 10% de pessoas com menores rendimentos domiciliares *per capita* percebia uma parcela de 0,8% do total de rendimentos. [...] cabendo aos 10% com maiores rendimentos 42,9% de todo o rendimento recebido pelas pessoas” (IBGE, 2020, p. 50).

A educação de qualidade na vida das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica é uma das formas para mitigar a desigualdade social existente, pois “o direito à educação é indispensável para a conquista de verdadeiro e pleno exercício da cidadania” (HORTA, 2010, p. 218). A história da AE no Brasil é marcada pelas lutas de movimentos e organizações sociais e estudantis e tem alcançado avanços, mas ainda guarda muitos desafios, sobretudo nas questões relacionadas ao orçamento disponibilizado pelo governo, que não supre a demanda existente nas Instituições de Ensino; o entendimento da população sobre o significado, importância e função dessa política; bem como seu fortalecimento, por meio da transformação do decreto em uma Lei, garantindo maior segurança no ordenamento jurídico brasileiro, estabilidade e manutenção dos auxílios recebidos pelos estudantes.

Uma das grandes questões da educação no Brasil é torná-la popular e acessível, "no que tange a universalização de vagas em seus níveis e modalidades, e requer, além do acesso, a permanência com qualidade" (LIMA, 2010, p. 12). Nessa direção, a assistência tem como alguns de seus objetivos contribuir nas condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e minimizar os efeitos das desigualdades sociais (BRASIL, 2010).

O tema sobre AE passou a ter mais atenção após 2007, com a instituição do Pnaes (Portaria Normativa nº 39 – MEC), posteriormente regulamento por meio do Decreto nº 7.234/2010, principalmente no ensino superior. Contudo, com criação dos Institutos Federais, em 2008, e sua participação no Pnaes, passou-se a atender um público não previsto inicialmente na política. Desde 2010, tem-se um significativo número de pesquisas sobre as diversas dimensões do Pnaes no Ensino Superior, todavia um quantitativo menor de estudos que aborde o ensino médio. Com o advento do Mestrado ProfEPT, ofertado em rede pelos

IFs, esse tema tem sido explorado com diferentes enfoques (ANDRADE, 2019; SOARES, 2019; OLIVEIRA, 2020).

No IFC, a AE está dividida em ações universais e ações do PAE, que diferem conforme o seu público alvo. As ações universais são destinadas a todos os estudantes matriculados no IFC, do ensino médio à pós-graduação, e as ações do PAE são destinadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, conforme Resolução nº 5/2019 – CONSUPER. Neste trabalho, atemo-nos principalmente ao PAE, sendo nosso objeto de estudos, trazendo o entendimento dos estudantes do EMI usuários do PAE e dos servidores atuantes das comissões de PAE, dos 15 *campi* do IFC.

Compreender a visão dos estudantes pode ser uma forma de aperfeiçoar a política desenvolvida no IFC, já que se trata de um assunto relevante e diretamente relacionado a eles. Segundo Simões (2010), a preocupação dos jovens e da sociedade sobre temas como trabalho e educação é assunto presente em pesquisas sobre juventude, o autor reflete também sobre a importância de abordar a realidade dos jovens no sistema capitalista, trazendo as diferentes relações entre trabalho e educação.

Para fortalecer a política de AE, entende-se importante a publicização dos dados e informações, conforme determina a CF, em seu art. 5º, inciso XXXIII, que menciona que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...], ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, ainda, considerando os direitos sociais, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em seu artigo 4º, inciso V, também cita o princípio da ampla divulgação “dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão” (BRASIL, 1993).

Desse modo, entende-se que “[...] os espaços de representação social na organização e gestão das políticas sociais devem ser alargados para permitir a participação de novos e diversificados sujeitos sociais, principalmente os tradicionalmente excluídos do acesso às decisões do poder político” (RAICHELIS, 2006, p. 6). Assim, esta pesquisa partiu das seguintes questões: qual o entendimento dos estudantes do EMI usuários do Programa de Auxílios Estudantis do IFC sobre este programa e a AE? Em que medida o uso de um aplicativo sobre a AE e o PAE pode auxiliar os estudantes na compreensão deste programa?

Para elucidar essas questões, a pesquisa teve como objetivo principal compreender o entendimento que os estudantes do EMI, usuários do PAE no IFC, possuem em relação aos limites e possibilidades desse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie na melhor compreensão da política de AE e de seus direitos.

E como objetivos específicos, buscou-se:

- a) Analisar qual é o entendimento dos estudantes do EMI, usuários do PAE, sobre os limites e possibilidades do PAE, no IFC;
- b) Identificar as dificuldades e desafios enfrentados pelas comissões de PAE e o processo de publicização das informações sobre o PAE no IFC;
- c) Desenvolver e avaliar um produto educacional que possibilite aos estudantes acesso a informações qualificadas referentes ao PAE, no IFC, bem como aprimorar a comunicação entre IFC e comunidade escolar sobre esse tema.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À PERSPECTIVA DOS DIREITOS

A política de AE está inserida nas políticas sociais que, para Höfling (2001), determinam o padrão de amparo social realizado pelo Estado a partir de suas ações que, em geral, são de redistribuição de valores monetários, visando à diminuição das desigualdades estruturais determinadas pelo desenvolvimento socioeconômico. A operacionalização das políticas educacionais, dentre elas a da política de AE, é perpassada por questões estruturais que, historicamente, são conduzidas pelos interesses do capitalismo (NASCIMENTO, 2012). Assim, embora haja dominação do capital, e apesar da AE não resolver problemas estruturais, ela pode ser entendida também como um amparo no caminho da luta contra-hegemônica.

A história da AE no Brasil pode ser dividida em três fases distintas, como propõe Kowalski (2012). No início da primeira fase, observa-se que a AE surge voltada para o atendimento das classes mais altas da sociedade, pois apenas a elite conseguia manter seus filhos na Universidade. Em 1928, houve a implantação da casa do estudante em Paris, que recebia auxílio do governo brasileiro para manutenção e sustento dos estudantes e era destinada a atender os filhos da elite brasileira que estudavam na França (KOWALSKI, 2012; DUTRA; SANTOS, 2017).

Continuando os fatos históricos da primeira fase, Kowalski (2012) observa que na década de 30 tem-se a homologação de dois importantes decretos para a educação superior no Brasil: nº 19850/1931, que dispôs sobre a criação do Conselho Nacional de Educação e o nº 19851/1931, que abordava o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras. A partir desses decretos, inicia-se a possibilidade de normatização da assistência estudantil. Na sequência, em 1934, a CF, em seu artigo 157, previu que parte dos fundos destinados à educação se aplicariam "em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas" (BRASIL, 1934). Nesse contexto, a educação foi regulamentada pelo Estado, passando a ser reconhecida como direito para todos os cidadãos brasileiros (SILVA, 2019).

Em 1937, tem-se a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização nacional de representação estudantil que teve ampla participação na luta pela implantação de uma política de AE. Em 1946, é promulgada outra CF que, em seu artigo 172, determinava que fosse assegurada, através da assistência educacional, a possibilidade de eficiência escolar aos alunos "necessitados" (BRASIL, 1946). Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determinava a assistência social como um direito

dos estudantes. Na década seguinte, em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, com destaque para programas como alimentação e moradia, tendo sido extinto nos governos posteriores (KOWALSKI, 2012). A primeira fase da AE é marcada pela descontinuidade e, principalmente, por ações que, por sua vez, atendiam um público elitizado predominante no Ensino Superior na época, estendendo-se por um longo período, até o início da democratização política, com o fim da ditadura militar, momento em que se intensificam os debates pela democratização do acesso à educação superior e sistematiza-se o debate sobre a AE (DUTRA; SANTOS, 2017).

A segunda fase se inicia em 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), que teve importante papel na luta pelo reconhecimento da AE como política (KOWALSKI, 2012). Em 1988, é promulgada a CF, que determina em seu artigo 6º que o direito à educação e à assistência aos desamparados é um direito social (BRASIL, 1988). Outrossim, esses direitos estão mencionados em outros artigos da Lei Maior, como exemplo o artigo 206, inciso I: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Reafirmando o que consta na CF de 1988, a LDB, Lei 9.394/1996, reforça a importância da AE ao considerar, no artigo 3º, que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

A luta pela implementação da AE nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deu-se através do empenho, principalmente, de entidades como o Fonaprace e do movimento estudantil, organizado pela UNE (DUTRA; SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2013; KOWALSKI, 2012). Sob influência do Fonaprace, em 10 de janeiro de 2001, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), constando a incorporação da proposta apresentada pelo Fonaprace para AE.

Após anos de discussões e movimentações para a implantação de um programa nacional de AE, em 12 de dezembro de 2007, o MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, através da Portaria Normativa Nº 39, sendo considerado um marco na história do Fonaprace (FONAPRACE, 2012). A referida portaria foi implementada no ano de 2008, sendo o programa executado e financiado pelo MEC e destinado apenas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais das IFES.

A criação do Pnaes, para Kowalski (2012), marcou o início da terceira fase da história da AE no Brasil. O Pnaes foi instituído, inicialmente, pela portaria normativa nº 39/2007 e, apenas em 2010, foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho. Em 2011, a Secretaria Profissional e Tecnológica/MEC, através do Ofício Circular nº 42/2011,

recomendou que os IFs elaborassem regulamentação específica para o acesso dos vários segmentos de discentes de origem popular (MEC, 2011), sendo estabelecidos recursos orçamentários específicos para a rubrica de AE nos IFs.

Na conjuntura sociopolítica em que o Pnaes foi instituído no Brasil, a educação superior vinha sofrendo um processo de reforma alicerçado, principalmente, no destaque dado ao "discurso da democratização", acompanhadas de um conjunto de políticas de expansão das universidades e de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior, através de programas como o sistema Enem/Sisu¹, o Reuni², e a Lei de Cotas³ (DUTRA; SANTOS, 2017), bem como, a criação dos IFs, através da Lei nº 11.892/2008, que oferta diferentes modalidades de ensino.

Com esses programas de democratização do ensino superior, o perfil dos discentes é alterado, há maior rotatividade de estudantes nas Ifes, vagas no ensino superior e mobilidade acadêmica. Com isso, foram necessárias ações de monitoramento das taxas de retenção e evasão, sendo que a AE passa a ocupar uma função essencial para o atingimento das metas de expansão em desenvolvimento da educação pública (NASCIMENTO, 2013).

Todavia, alguns autores apresentam críticas ao modo como a AE foi concebida. Souza (2017), por exemplo, faz críticas à função da AE de combater a evasão, pois entende que a política é implementada com o vício de atender às demandas emergenciais e de conferir ações para uma finalidade já estabelecida, “quando estas podem ir muito além se a insuficiência financeira, antes de ser considerada causa de evasão, constituir-se em medida de permanência” (SOUZA, 2017, p. 171). Para a autora, o Estado tem uma dívida com a classe trabalhadora e deve saldá-la oferecendo uma educação de qualidade e gratuita, sendo a AE mais uma ação para atender o conjunto de direitos dessa classe.

Por sua vez, Nascimento (2013, p. 48) considera que a AE está em uma "democratização fetichizada", um processo de democracia da educação a serviço do capital, cujo "o reconhecimento legal da assistência como política pública e como direito dos trabalhadores, ainda que tenha contribuído para a redefinição de sua prática, não é suficiente para a superação do ranço assistencialista que a rodeia". Além disso, também não são suficientes para a resolução dos problemas de desigualdades sociais que resistem em nosso

¹ O Sistema de Seleção Unificada é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio.

² Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.

³ Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

País (XAVIER; SANTOS; MATHIAS, 2017), pois os programas de AE possuem limites e não almejam mudanças estruturais, sendo apenas um atenuante para atender às demandas existentes (ALBUQUERQUE, 2017).

Apesar de ter havido avanços na AE no Brasil, ela não abrange a totalidade do público estudantil que, tendo em vista sua heterogeneidade, necessita de muitas ações nesse campo. França (2010, p. 92) entende que as políticas sociais implementadas são frágeis, “não conseguem alcançar os excluídos e quando os alcançam possuem caráter meramente compensatório”.

Souza (2017, p. 169), observa que:

[...] a assistência estudantil é bem público e, como tal deve estar contextualizado no universo da proteção social. E esta contextualização só se faz verdadeiramente uníssona quando articula assistência e educação, sendo que o componente social é finalístico: contribuir para que o estudante tenha as condições necessárias, e não mínimas, para o seu processo de ensino-aprendizagem, que é progressivo, tendo como desafio: aliar as diversas demandas estudantis que são fruto de necessidades sociais, para o cumprimento da permanência neste espaço, visando um prosseguimento, e não uma estagnação.

Mesmo diante dos avanços na política de AE, Nascimento (2012) ressalta que ela é orientada pelo discurso neodesenvolvimentista, implementada baseando-se na "lógica dos mínimos sociais", sob a alegação de expansão da quantidade de usuários, sem considerar a qualidade dos serviços ofertados. Ainda, Nascimento (2012, p. 23) avalia que as ações do Pnaes “prevêem maiores resultados à custa de menores investimentos e a forma como a política se estrutura caminha na lógica das políticas pobres para os pobres!”.

Desse modo, observa-se que apenas a existência das políticas educacionais traz a falsa ideia de que as necessidades da população estão sendo atendidas, mas tais políticas estão alinhadas para resolver os problemas estruturais apresentados pelo capitalismo e não os reais problemas das desigualdades sociais, passando uma falsa impressão de atendimento (XAVIER; SANTOS; MATHIAS, 2017).

Assim, apesar do Pnaes não ser considerado de cunho assistencialista, tal como no início do século XX, ele possui outras fragilidades, pois mesmo sendo entendido como um direito e não uma benesse, ainda é necessário permanecer vigilantes e lutando para sua continuidade e ampliação. Entendemos que, mesmo diante das contradições que marcam o PAE, este é um amparo no caminho da luta contra-hegemônica e apresenta uma possibilidade de permanência e subsistência para estudantes em vulnerabilidade advindos, sobretudo, das classes trabalhadoras, que precisam conciliar de modo precoce trabalho e escola.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DE UM ENSINO MÉDIO INTEGRADO E DE FORMAÇÃO INTEGRAL

O objeto de investigação desta pesquisa é a AE na educação profissional integrada ao ensino médio. Quanto ao termo integrado, Ciavatta (2014, p. 197) considera que o ensino médio além de integrar o ensino médio básico ao profissional deve proporcionar uma formação “integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”. Tonet (2006) conceitua o homem integral como sendo um indivíduo capaz de pensar logicamente, com independência moral; que seja capaz de contribuir para reformas sociais, e também nas áreas da cultura, ciência e tecnologia.

Nessa mesma perspectiva, Saviani (2007, p. 161) destaca a importância da politecnia, que significa “especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”, sendo o horizonte que deve guiar “a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos”.

A politecnia, como Saviani (2007) propõe, é uma proposta de educação integral, que deve permitir que o estudante compreenda o funcionamento da sociedade, do processo produtivo do qual faz parte e que a vida em sociedade é fruto da ação humana, da relação do homem com a natureza e com outros seres humanos. Assim, considera-se que o ensino médio deve proporcionar essa educação politécnica, visto que tem uma função estratégica na vida dos jovens, pois é uma fase entre a juventude e a vida adulta, onde deve escolher o caminho a ser seguido.

Além das questões curriculares do ensino médio, devemos nos ater também à realidade socioeconômica. O fato de os estudantes do EMI precisarem passar o dia na Instituição faz com que eles tenham mais necessidade de auxílio financeiro, principalmente aqueles em vulnerabilidade socioeconômica, pois além de não poderem auxiliar na renda de casa trabalhando, precisam estar mais tempo fora de casa, tendo que se alimentar e locomover, gerando despesas.

Para Tonet (2006), somente em uma sociedade que elimine a exploração e o controle do homem sobre o homem é que será possível o acesso a uma formação humana para todos os indivíduos. Desse modo, alcançar esse ensino médio pretendido em um país como o Brasil é

trabalho árduo e quase utópico, por vários motivos, mas em especial por vivermos em um país desigual, onde milhões de brasileiros encontram-se em condições precárias.

A AE busca auxiliar nestas questões, para que os jovens que necessitem trabalhar em idade escolar consigam continuar seus estudos. A AE nos IFs visa contribuir para “um empoderamento educacional que é tido como direito e não benesse” (SOUZA, 2017, p. 23), proporcionando a esses jovens uma educação de qualidade e que tenha as condições de permanência.

4 O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em 2008 foi homologada a Lei nº 11.892, de criação dos IFs. Dentre os Institutos criados, nasce também o Instituto Federal Catarinense, que possui atualmente 15 *campi* distribuídos pelo estado de Santa Catarina e é o *locus* desta pesquisa. A AE no IFC está dividida em duas frentes, conforme o seu público-alvo: ações universais e ações PAE. As ações universais são destinadas a todos os estudantes matriculados no IFC, do ensino médio à pós-graduação e as ações do PAE são destinadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, conforme Resolução nº 5/2019 - Consuper.

As ações universais oferecidas pelo IFC incluem a moradia estudantil, no regime de internato pleno; auxílios para eventos e visitas técnicas; formação política; programa de atenção à saúde do estudante; programa de alimentação escolar; atenção psicológica; assistência social; entre outros. As ações do PAE, cerne desta pesquisa, são destinadas exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e se configuram pela concessão do auxílio financeiro, em conformidade com que preconiza o Pnaes.

Segundo o Censo Interno de setembro de 2019, o IFC tinha 14.333 estudantes matriculados, entre cursos técnicos, ensino médio integrado e ensino superior (IFC, 2019a). No que se refere ao PAE, naquele ano, 3.375 estudantes foram atendidos pelos editais do PAE e 795 estudantes pelos editais de jogos estudantis. O orçamento total gasto com auxílio financeiro de AE em 2019 foi de R\$ 8.364.936,00, sendo R\$ 779.435,00 a mais que no ano de 2018 (IFC, 2019c). Em 2020 houve redução orçamentária de R\$ 279.680,00 em comparação com 2019.

Nos processos relacionados ao PAE, há uma diversidade de atores envolvidos que participam no desenvolvimento do programa nos diversos *campi* do IFC e Reitoria: os editais do PAE são lançados pela Pró-reitoria de Ensino (Proen) e são válidos para todos os *campi* do IFC (em média são publicados de dois a três editais por ano, conforme disponibilidade orçamentária); em cada *campus* há uma comissão constituída por uma equipe multidisciplinar de no mínimo três servidores, formada anualmente através de portaria e regulamentada pela Portaria Normativa nº 03 de 2019, nos *campi* em que há o profissional de serviço social, este deverá, obrigatoriamente, fazer parte da comissão (IFC, 2019b). As comissões têm entre suas atribuições verificar a documentação apresentada pelos candidatos e fazer o acompanhamento dos estudantes atendidos pelo programa.

Os auxílios estudantis são lançados em três categorias: auxílio-moradia; auxílio-permanência I e auxílio-permanência II. O auxílio-moradia é concedido aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para auxiliar nas despesas com aluguel, por ocasião do ingresso no IFC. Os auxílio-permanência I e o auxílio-permanência II são destinados aos estudantes em *extrema* vulnerabilidade socioeconômica e aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, respectivamente. No permanência I têm prioridade os estudantes que apresentem o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) de até 412,50.

Para se inscrever nos editais, os estudantes podem se informar por meio dos murais, *site* institucional, *e-mail* e outras formas de publicização dos prazos estabelecidos nos editais e das listas dos selecionados para recebimento dos benefícios. Em 2020 e 2021, em razão da pandemia do Covid-19, que implicou em aulas remotas, utilizaram-se as mídias sociais, *e-mail* e celular para tornar as informações públicas. Após aptos a receberem o auxílio, os estudantes devem observar algumas regras expressas no edital para não perdê-lo. Neste programa não há uma contrapartida direta, como em bolsas de estudos, por exemplo, onde o estudante deve realizar algumas atividades específicas.

Conforme pode ser observado, o Pnaes no IFC adquire uma configuração específica de funcionamento, que se diferencia de outras instituições, sobretudo das Ifes, por atender também estudantes do ensino médio. Gomes e Passos (2018, p. 428) observam que os IFs adaptam o Pnaes a sua realidade específica, sendo “que a implementação é uma fase em que se geram atos e efeitos; em síntese, criam-se políticas”. Lima e Marran (2013), também destacam que há uma reinterpretação ou ressignificação dos profissionais que desempenham um papel ativo no processo de implementação das políticas públicas voltadas à educação.

Nesse sentido, partindo do conceito de ciclo de políticas de Ball (1997), consideramos que as políticas são construídas em um processo cíclico, marcado por lutas entre projetos sociais com interesses antagônicos, que emergem de uma contínua interação entre contextos, textos, discursos e práticas. Assim, no desenvolvimento da política de assistência estudantil, no contexto da prática, nas instituições de ensino, a política é reinterpretada, recontextualizada e traduzida pelos diferentes agentes, de modo a adequá-las às suas necessidades concretas.

5 METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser classificada como de abordagem qualitativa, ou seja, "significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana" (STAKE, 2011, p. 21). Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória, pois buscou proporcionar proximidade com o fenômeno e o problema proposto, com a intenção de torná-lo mais compreensível. O procedimento técnico adotado caracteriza-se como um estudo de caso referente ao PAE situado no contexto do IFC, que é único, apesar de poder ser semelhante a de outros IFs ou mesmo Universidades, por fim, quanto à sua natureza, a pesquisa é aplicada, pois desenvolveu um produto educacional a partir do estudo e compreensão da realidade.

A técnica de coleta de dados ocorreu por questionário *on-line*, através da plataforma do *Google Forms*, para estudantes e servidores, e por meio de pesquisa documental, em que foram analisadas as informações sobre o programa em documentos institucionais do IFC (Relatórios de Gestão, PDI etc.), nos canais oficiais de comunicação (sítio do IFC) e consulta de informações juntamente à Coordenação Geral de Políticas e Programas Estudantis (CGPPE). Outro instrumento utilizado pela pesquisadora foi o diário de campo, que além de registrar os passos percorridos durante a pesquisa, possibilitou refletir sobre o percurso, percalços, mudanças e avanços, principalmente em relação ao produto educacional.

Após a realização de um pré-teste do questionário dos estudantes, ele foi aplicado com os estudantes do EMI, usuários do PAE, dos 15 *campi* do IFC. O questionário *on-line* foi enviado para 1.117 endereços, nos meses de outubro e novembro de 2020, tendo-se 217 respondentes, aproximadamente 19,49% de retorno.

O questionário (Apêndice B) possuía 35 perguntas fechadas obrigatórias e uma aberta opcional, esta tendo 97 respondentes, além das perguntas iniciais relacionadas às exigências do comitê de ética. As perguntas estavam divididas nas seguintes categorias: perfil dos estudantes; participação dos estudantes no PAE; acesso à informação; participação estudantil; editais do PAE; sobre o Pnaes; permanência e a perspectiva do direito. A pergunta aberta também foi dividida em categorias, conforme respostas obtidas.

O pré-teste do questionário com servidores foi realizado com uma servidora da CGPPE, que sugeriu melhorias, e foi enviado via *e-mail* para 102 servidores participantes das comissões de PAE do IFC, sendo aplicado no mesmo período do questionário com os estudantes, tendo o questionário 34 respondentes, ou seja, 33% de retorno, alcançando pelo menos um respondente por *campus*.

O questionário aplicado com os servidores (Apêndice E) possuía 9 perguntas, destas, 3 fechadas e 6 abertas, separadas por categorias: perfil do servidor; forma de trabalho das comissões; forma de comunicação dos editais; dúvidas, desafios e dificuldades do PAE no IFC.

Os dados dos dois questionários foram analisados através de análise descritiva. Nas perguntas fechadas, buscou-se descrever o que foi respondido pelos estudantes e servidores e também as tendências de respostas dadas. Nas perguntas abertas, as respostas foram categorizadas conforme conteúdo/temas que mais se manifestaram e se repetiam nas respostas, por meio de análise textual. Nos resultados e discussões, apresentam-se passagens de respostas de estudantes e servidores, identificados pela letra E (estudante) seguida de numeração e S (servidor) seguida de numeração, respectivamente, conforme a ordem das respostas recebidas.

Nos dois questionários havia perguntas voltadas, principalmente, para a questão do acesso à informação, pois um dos objetivos dessa coleta de dados foi ter subsídios para elaborar o produto educacional. Desse modo, após análise e categorização dos dados, foi planejado e desenvolvido o “Descomplica PAE”. Decidiu-se por construir um produto híbrido, chamado PWA (*Progressive Web App*), que pode ser visualizado como página da internet ou como um aplicativo móvel, forma pela qual o denominaremos ao longo do artigo.

O aplicativo começou a ser desenvolvido em fevereiro de 2021, sendo a pesquisadora responsável por fazer a parte de conteúdos e um profissional de tecnologia da informação a parte de desenvolvimento do produto. Após conclusão do aplicativo, este foi enviado junto com um questionário *on-line* (Apêndice G) a 98 servidores das comissões de PAE no mês de maio de 2021, para que avaliassem o produto. As questões foram elaboradas com base em Leite (2018), contendo 19 perguntas fechadas obrigatórias, todas em Escala Likert e duas abertas não-obrigatórias, tendo a resposta de 23 participantes, 23,47% de retorno. Esse questionário também foi analisado observando-se o padrão de respostas e categorizando-se as respostas das perguntas abertas. A partir da avaliação, foram realizadas algumas alterações sugeridas no produto.

A versão aperfeiçoada do Descomplica PAE passou pela aplicação e avaliação dos estudantes. Considerando que o produto é um material educativo, ou seja, uma ferramenta que deve contribuir para a experiência de aprendizado (KAPLÚN, 2003), compreende-se a importância do seu público alvo interagir com o produto e também realizar a sua avaliação para aperfeiçoamento. Desse modo, foi realizada uma roda de conversa via *Google Meet* com estudantes do EMI do *campus* Rio do Sul, com participação de dois servidores da comissão

do PAE daquele *campus*. A roda de conversa contou com a presença de 7 estudantes.

Além da roda de conversa, foi enviado aos estudantes do EMI dos 15 *campi* do IFC, usuários da PAE, o questionário de avaliação do aplicativo (Apêndice N), nos meses de junho e julho de 2021, tendo 41 respondentes. Esse questionário tinha, além de perguntas para traçar o perfil dos respondentes, 10 perguntas fechadas em Escala Likert e duas perguntas abertas. Semelhantes às perguntas aplicadas na avaliação dos servidores, apenas em uma das perguntas abertas, em vez de perguntar se havia erros constatados, questionou-se se havia ainda dúvidas sobre o PAE e a AE não apresentadas no Descomplica PAE.

Nos resultados e discussões, apresentam-se passagens de respostas de estudantes e servidores aos questionários de avaliação, identificados pelas letras EA (estudante avaliador) seguidas de numeração e SA (servidor avaliador) seguidas de numeração, respectivamente, conforme ordem de respostas recebidas.

Todos os termos de consentimento e assentimento da pesquisa estão disponíveis nos apêndices C, D, F, H, J, K, L, O e P.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresenta-se a percepção de estudantes do EMI usuários do programa e de servidores atuantes das comissões do PAE sobre a política de AE do IFC, mais especificamente sobre o PAE, as dificuldades e possibilidades do programa. Após essa análise, aborda-se o processo de desenvolvimento e avaliação do produto educacional, o aplicativo “Descomplica PAE”.

6.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

No que se refere à categoria perfil dos estudantes, observou-se que dos 217 respondentes 136 (62,7%) são do sexo feminino, a faixa etária até 17 anos equivale a quase 75% do total de respondentes, e 25,3% tem entre 18 e 24 anos. A maioria considera-se da cor branca (69,6%), 24,4% da cor parda, e os demais (6%) consideram-se pretos, indígenas, morenos ou amarelos. Ainda, a maior parte dos respondentes não possui necessidade específica ou deficiência física, com exceção de 13 estudantes que informaram possuir cegueira ou baixa visão, 2 estudantes com deficiência auditiva e 1 autista. A partir desses dados, observa-se a diversidade dos participantes da pesquisa, que estão distribuídos pelos 15 *campi* do IFC.

Na categoria participação dos estudantes no PAE, quando perguntados sobre já ter tido um pedido de PAE indeferido, 87,1% responderam que não tiveram. Por sua vez, 12,9% responderam que sim, já tiveram seu pedido negado ou recusado de algum edital de PAE, sendo que destes, a maioria foi por questões relativas à documentação (30%), seguido de ter ultrapassado o IVS (26,7%) ou por razão de inconsistência de informações (6,7%).

Na categoria relacionada ao acesso à informação, observa-se uma visão positiva dos estudantes, sendo que 79,7% consideram que o PAE é amplamente divulgado, 16,6% não concordam e nem discordam desta afirmação e apenas 3,7% entendem não haver uma ampla divulgação do PAE. Também as respostas foram positivas quando perguntados se tomaram conhecimento sobre o PAE logo que ingressaram no IFC, 77,9% informaram que sim e 12,4% discordaram desta afirmativa. Os estudantes, em sua maioria (82,9%), sabem onde procurar as informações referentes à AE quando precisam e 74,7% sabem quem são os responsáveis pelo PAE do seu *campus*.

Com relação à maneira como tomaram conhecimento sobre o PAE, 67,3% responderam que foi por meio da divulgação em sala de aula, 57,1% com colegas, 48,4% no

site do IFC, 43,8% através de murais e 22,6% através de materiais de divulgação, como *folders* e boletins impressos. Observa-se que apenas 18% conheceram o PAE por meio do *Instagram*, 13,8% pelo *Facebook* e 10,1% em reuniões periódicas com a representação estudantil. Esclarecendo que nesta questão, os estudantes podiam marcar mais de uma opção de resposta e muitos conheceram o PAE antes da pandemia, pois os ingressantes no IFC pós-pandemia conheceram o programa apenas por meios digitais.

Ainda sobre o acesso à informação, os estudantes consideram que as melhores formas para ter acesso às informações sobre o PAE como sendo: um *link* no *site* do IFC sobre o PAE (*blog*): 122 respondentes (56,2%); um aplicativo do PAE: 120 alunos (55,3%); divulgação em sala de aula: 104 alunos (47,9%); divulgação em murais do *campus*: 78 alunos (35,9%); um perfil no *Instagram* do PAE: 64 alunos (29,5%).

Na categoria participação estudantil, observa-se baixa participação dos estudantes em reuniões periódicas que discutem o PAE, reforçada na questão sobre a participação dos estudantes nos debates e decisões sobre o PAE, em que 51,1% dos respondentes discordam que participam; 32,3% não concordam e nem discordam e apenas 16,6% concordam com a afirmação que participam. Viana (2016, p. 101) entende ser necessário promover uma política de AE “que tenha como pauta a participação dos alunos na construção de novas direções e novas possibilidade de se pensar e fazer a assistência estudantil”.

Na categoria editais do PAE, 81,6% dos estudantes respondentes concordam parcial ou totalmente que conseguem entender as informações que estão nos editais de PAE e apenas 5,1% informaram não entender as informações. Todavia, quando perguntados sobre se encontraram dificuldade em realizar a inscrição nos editais, 55,3% informaram não ter encontrado dificuldade, mas 27,2% disseram ter tido alguma dificuldade. A respeito dos critérios para não ser excluído do edital de PAE, 65% informaram conhecer os critérios; 17,1% não concordam e nem discordam com a afirmação e 17,9% disseram não conhecer os critérios para não serem excluídos do PAE.

Na categoria sobre o Pnaes, permanência e a perspectiva do direito, observamos no que se refere ao entendimento dos estudantes sobre o PAE e a permanência no IFC que, para 67,3% dos estudantes, o valor do auxílio é suficiente para se manterem estudando no IFC; para 69,1% esse valor é decisivo; 35,4% dos estudantes já pensaram em desistir do EMI do IFC por questões financeiras e 45,2% já pensaram em desistir por questões além da financeira; 66,8% dos estudantes respondentes consideram que o PAE melhorou a sua qualidade de vida e para 24% não houve concordância ou discordância em relação à melhora na qualidade de vida.

O auxílio financeiro da AE não é suficiente para sanar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, pois a questão financeira e as necessidades básicas, como moradia, alimentação e transporte, são apenas um aspecto da vida acadêmica (SCHER; OLIVEIRA, 2020). Bonfante (2020, p. 48), em pesquisa com estudantes do EMI do IFC - Rio do Sul, observou que para se manterem na instituição, muitos estudantes “revelam o esforço dos pais e a intenção de trabalhar para complementar a renda para poderem estudar”. Nesse sentido, Albuquerque (2017, p. 19) observa que a AE não garante a permanência dos estudantes no seu curso, tampouco que o concluem, pois esses programas possuem limites e “não almejam transformações estruturais, sendo meramente paliativos para o atendimento à demanda”.

Adentrando à questão do PAE e Pnaes na perspectiva do direito, um dado que chamou a atenção foi que 75,2% dos participantes não conhecem a história da assistência estudantil no Brasil, já 89,8% consideram o PAE como um direito dos estudantes. Um resultado semelhante à pesquisa de Viana (2016, p. 101), que concluiu que os estudantes “conseguem compreender essa política como direito e sua importância na efetivação dos estudos e consequentemente sua relação com a cidadania”.

No questionário para os estudantes havia apenas uma pergunta aberta, não obrigatória, solicitando que deixassem seu relato, sugestão de melhoria ou algum comentário sobre o PAE do IFC, que foi respondida por 97 estudantes (44,7%). As respostas também foram divididas em categorias, conforme segue: elogios/agradecimentos; críticas; sugestões de melhorias/aperfeiçoamento; sugestões de produtos educacionais; histórias de vida; questão financeira; acesso à informação e modo como o auxílio é gasto. Destaque-se que a maioria (76%) das respostas apresentavam elogios em relação ao programa e aos servidores, como pode ser percebido no seguinte trecho “*As pessoa que trabalham para divulgar e nos ajudar são ótimas no que fazem!*” (E11, 2020).

Sobre as críticas ao programa, destacamos alguns trechos colocados pelos respondentes, como E55 (2020), que entende que a “*Divulgação é fraca e os prazos muito curtos, são muito documentos para conseguir em pouco tempo. Há algo errado nos critérios de seleção, pois conheço amigos que precisavam e não receberam, enquanto outros definitivamente não precisavam e receberam*”. Outro ponto trazido é a dificuldade maior de quem está no primeiro ano do EMI: “*Bom acredito que no primeiro ano e meio difícil pra acessar as informações sobre axullio e demais assuntos da escola mas eu estou conseguindo as informações sobre a escola mas não é fácil e muito complicado pelo menos no primeiro ano de escola*” (E62, 2020). Já para E71 (2020), “*Os editais são muito densos e o primeiro ano do ensino médio é pouco instruído a respeito dele, fazendo com que muitos estudantes*

nem tentem por não ter conhecimento”. A necessidade de aperfeiçoar a comunicação entre comunidade estudantil e IFC foi trazida por um estudante em seu relato:

No dia que fiz minha inscrição para a prova de seleção, lá no site estava falando oque eu iria querer se entrasse no IFC. Se eu iria querer auxílio moradia, alimentar ou de ônibus. Depois que passei na prova, descobri que na verdade o site estava errado e eu nao teria nada, apenas poderia fazer a inscrição na PAE. Queria poder ter ganhado o dinheiro suficiente para cobrir o custo dos passes. Nao sei qual foi o critério de avaliação para saber quem ficava com oque (E11, 2020).

Mediante o exposto, observa-se a importância de aperfeiçoar a comunicação do PAE. Apesar da maioria dos estudantes considerá-la boa, há estudantes que enfrentam dificuldades para receber o auxílio. Como sugestão de melhoria, alguns estudantes solicitaram que o PAE seja mais divulgado, pois eles não têm o hábito de olhar, periodicamente, o *site* do IFC, por exemplo; que os editais e o programa sejam melhor explicados, principalmente no primeiro ano de ingresso no IFC; sugeriram também aumentar o valor dos auxílios; lutar para que a verba do PAE não seja cortada; considerar a renda líquida, em vez da bruta do grupo familiar do estudante candidato ao PAE.

Após observar as considerações trazidas pelos estudantes sobre o PAE, percebe-se a importância de ouvir os usuários do programa, pois é um momento que permite verificar os limites e deficiências dele, trazendo a possibilidade de aperfeiçoá-lo, além de fazer com que, em alguma medida, os estudantes reflitam sobre esse tema ao serem questionados.

6.2 REFLEXÕES SOBRE O PAE A PARTIR DAS COMISSÕES

A partir dos dados coletados com os servidores participantes das Comissões de PAE, teve-se 34 respondentes, com representação de pelo menos um servidor de cada *campus* do IFC. Quanto ao perfil dos servidores, os respondentes ocupam funções diversificadas, como assistente social, assistente de aluno, técnico em assuntos educacionais, professor etc. Quanto ao tempo de atuação na comissão, 35,3% atuam há 5 anos ou mais; 20,6% entre 3 e 5 anos; 23,6% entre 1 e 3 anos e 20,6 % há menos de um ano, indicando a existência de um grupo com um certo acúmulo de experiência entre os respondentes (55,9 % acima de 3 anos).

No que se refere à comunicação dos editais, segundo os servidores, esta é realizada principalmente pelo *site* do IFC (canal oficial), divulgação em sala de aula e murais e, em menor escala, nas páginas do *Facebook* e *Instagram* do IFC, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) e em materiais impressos. Quando perguntados sobre que estratégias poderiam ser utilizadas para aperfeiçoar a comunicação do PAE com os

estudantes, as ideias mais recorrentes foram: reuniões de esclarecimentos com pais, estudantes e/ou líderes de turma; incentivar os estudantes a utilizar mais o Sigaa; vídeos com tutoriais (sobre a inscrição nos editais, principalmente); focar nas mídias sociais que os estudantes mais acessam. Dentre os respondentes, 3 servidores entendem que não há o que melhorar.

Na categoria dúvidas que os estudantes reportam aos servidores das comissões, as mais citadas foram relativas à documentação, principalmente atinente à renda familiar e as relacionadas ao edital. S12 (2020) relata que os estudantes *“tem muita dificuldade em identificar as informações relevantes no meio da linguagem do edital”*. Segundo S34 (2020), eles *“consideram os editais longos e difíceis de interpretar”*. Ainda, alguns servidores mencionam que muitos estudantes não leem os editais, o que acarreta mais dúvidas. Sobre os editais do PAE, os servidores observam com mais destaque a dificuldade dos estudantes em relação aos editais do que nas respostas dadas pelos estudantes, uma das dificuldades mais apontada pelos servidores.

O questionamento que gerou maior engajamento dos servidores foi sobre os desafios e dificuldades enfrentados pela assistência estudantil, principalmente com relação ao PAE. A partir das análises realizadas, as respostas foram separadas nos seguintes temas: orçamento; edital; comissões de PAE; pandemia; sistema informatizado, política de AE, incompreensões sobre o programa, prazos, acompanhamento dos estudantes; documentação e burocracia; e identificação de estudantes carentes.

Destaca-se, na sequência, as repostas que contribuem, sobretudo, para pensar nos aspectos relativos ao acesso à informação dos estudantes. Nesse sentido, a questão do edital e a dificuldade dos estudantes e seus familiares em o compreenderem é levantada novamente, como expõe S11 (2020), que, na sua opinião: *“a maior dificuldades é em relação ao entendimento do edital e muitos formulários para preencher”*, também destacando a questão da documentação e burocracia, com a necessidade de os candidatos ao PAE preencherem vários formulários.

Essas dificuldades apontam os limites da política no atendimento dos estudantes mais vulneráveis, que não a acessam por desconhecimento ou por não conseguirem compreender a política e seus ritos, o que, por sua vez, contribui para exclusão daqueles que mais necessitam da política no interior do próprio sistema de ensino, por conta de dificuldades de ordem simbólica-subjetiva. Trata-se de um fenômeno, em certa medida, relacionado ao que Bourdieu e Champagne (1998) conceituam como *“excluídos do interior”*, fato reforçado na resposta do estudante E43 (2020), que sugere pesquisar melhor os alunos que realmente precisam do auxílio, pois alguns *“acabam não procurando por vergonha”*.

Os servidores também destacam a dificuldade de não haver um sistema informatizado e unificado e criticam o fato do processo relacionado ao PAE ser muito manual e existir a entrega do mesmo documento na matrícula e na inscrição no PAE, o que gera retrabalho e pode confundir alguns estudantes, conforme observado por S12 (2020), que considera ter muita burocracia nos processos do PAE, *“exige-se muitos documentos comprobatórios, e muitos documentos repetidos por não termos uma unificação com o sistema acadêmico”*.

De acordo com Cavalheiro (2013, p. 228), *“a utilização de ferramentas computacionais vêm para qualificar a ação profissional, principalmente no que se refere ao arquivamento de informação e à sistematização dos dados e, ainda, do perfil dos estudantes e da gestão de programas”*. A autora refere-se, nessa passagem, aos profissionais do Serviço Social, que poderão utilizar esses recursos de maneira crítica e competente, podendo beneficiar de forma equivalente os demais servidores que atuam nas comissões de PAE.

A questão da burocracia apontada em muitas respostas como uma dificuldade não deve ser encarada de forma negativa pela sociedade, por mais que o processo exija muitos documentos e seja dificultosa a sua juntada, deve ser demonstrada a sua importância aos estudantes e suas famílias. Os documentos exigidos trazem mais transparência ao processo, bem como, auxiliam às comissões a dirimir possíveis erros e a não cometer injustiças.

A falta de compreensão sobre o PAE é destacada pelos respondentes, conforme pode ser observado na fala do servidor S07 (2020), ao destacar que é necessário *“(Re) conhecer o que de fato representa a política da assistência estudantil no contexto mais geral e da rede”*, tanto por estudantes e comunidade em geral, como pelos servidores. Durante a pandemia, as dificuldades de compreensão sobre o programa e seus ritos tornaram-se ainda mais difíceis. Para S13 (2020) *“a ausência do discente no campus devido a pandemia dificultou o contato direto com o estudante”*, reforçando a necessidade de informatização do processo e centralização das informações sobre a PAE em meios digitais, de mais fácil acesso aos estudantes, seus familiares e comunidade.

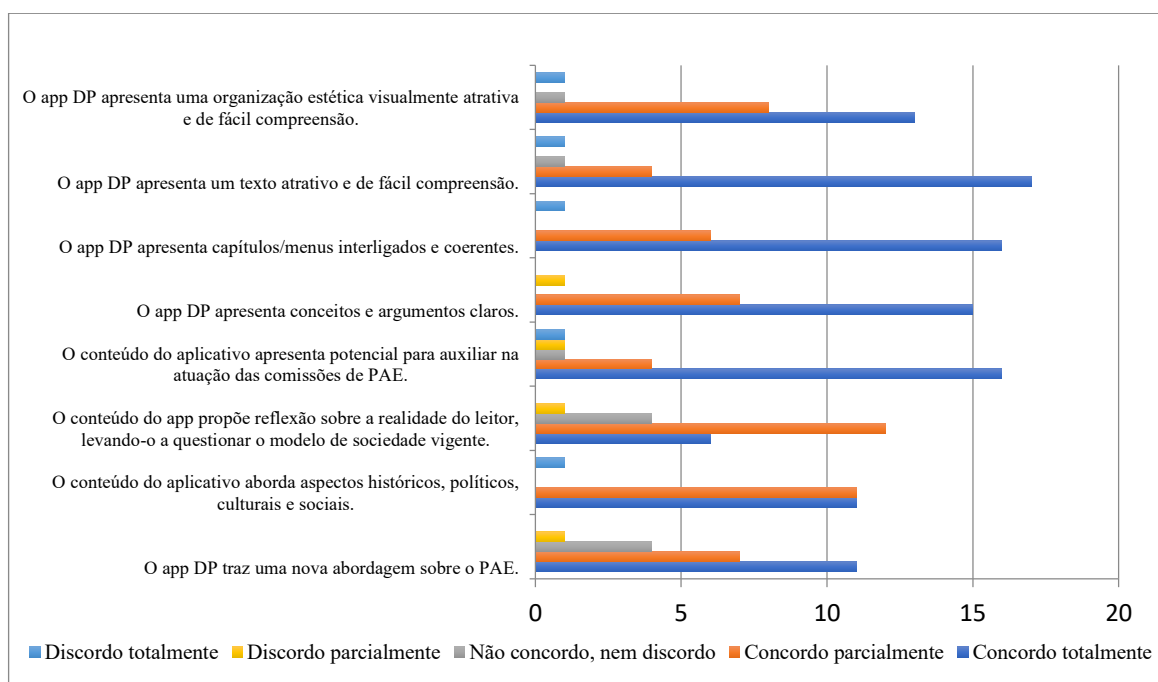
Para que haja uma autonomia dos assistentes sociais – e dos demais servidores atuantes nas comissões de PAE – em relações às ações de AE, é necessário que eles estejam *“capacitados teórica, metodológica e técnicooperativamente para formularem proposições coerentes com as condições objetivas de materialização do acesso e da permanência dos estudantes de forma qualificada”* (CAVALHEIRO, 2013, p. 226).

6.3 DESCOMPLICAR PARA INCLUIR: PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DO APLICATIVO DESCOMPLICA PAE

Partindo dos dados coletados com estudantes e comissões de PAE, bem como, com o intuito de aperfeiçoar a comunicação em relação ao PAE, foi idealizado e desenvolvido o “Descomplica PAE” (<https://descomplicapae.com/>), classificado, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na categoria de Software/Aplicativo (RIZZATTI *et al.*, 2020), trazendo novos elementos e informações sobre o PAE, dentro de uma plataforma inovadora para o IFC nesta área. Trata-se de um PWA (*Progressive Web App*), que é uma evolução híbrida entre as páginas de internet e os aplicativos. O Descomplica PAE aborda o PAE do IFC com uma linguagem mais acessível, sendo o seu menu organizado em 8 temas/abas: a) Sobre; b) PAE; c) Pnaes; d) História; e) Dúvidas; f) Glossário; g) Quiz; h) Contatos. Informações detalhadas sobre o produto educacional estão disponíveis no Apêndice A.

O Descomplica PAE foi avaliado pelos servidores atuantes nas comissões de PAE e por estudantes do EMI do IFC, através de questionário *on-line*. O questionário dos servidores foi baseado nos eixos propostos por Leite (2018) e contou com 23 respondentes. Os resultados da avaliação dos servidores podem ser observados nos gráficos que seguem, o gráfico 1 mostra a avaliação dos servidores sobre o aplicativo de um modo geral:

Gráfico 1 – Avaliação do PE pelos servidores – tópicos gerais

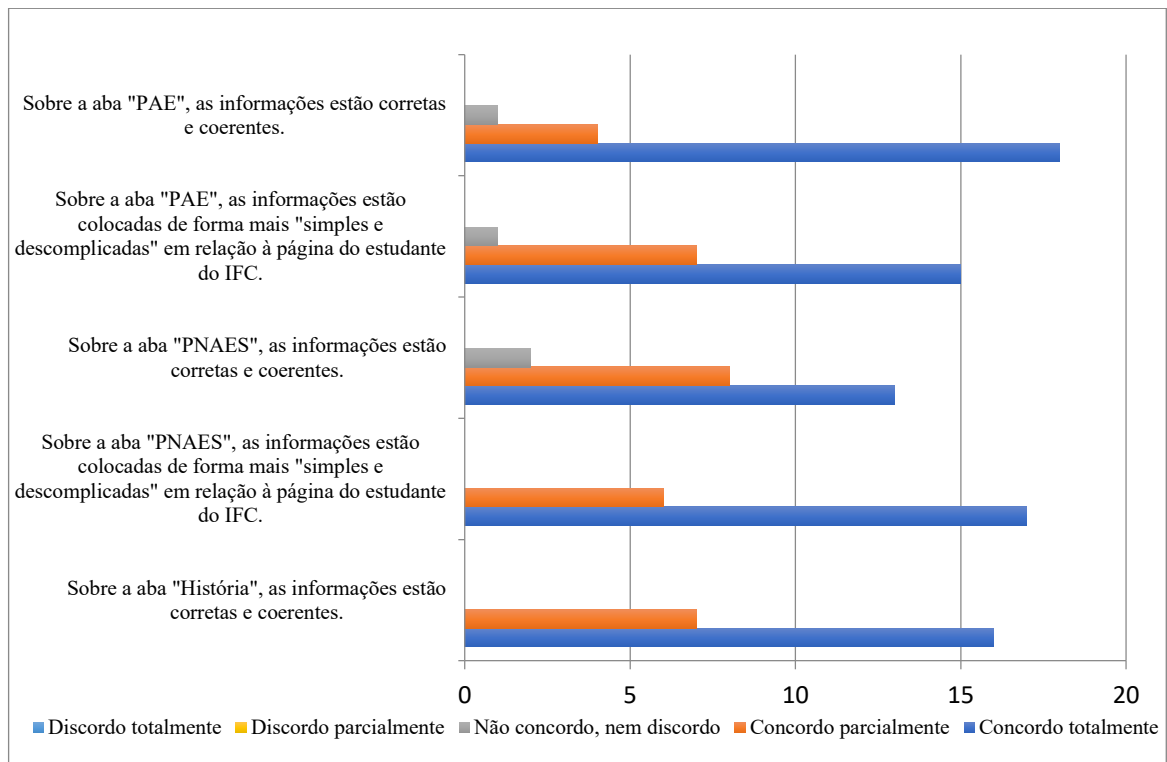


Fonte: elaborado pela autora (2021).

De maneira geral, o aplicativo foi bem avaliado pelos servidores, com destaque para a concordância de que o produto pode auxiliar na atuação das comissões de PAE, que, apesar de implícito, é um dos objetivos específicos deste trabalho, pois nesse sentido é possível aprimorar a comunicação entre IFC e estudantes. Ainda, os servidores consideram que o aplicativo traz uma nova abordagem sobre o PAE, o que caracteriza a questão da novidade que o produto traz para esse assunto, tanto em relação à ferramenta quanto ao seu conteúdo.

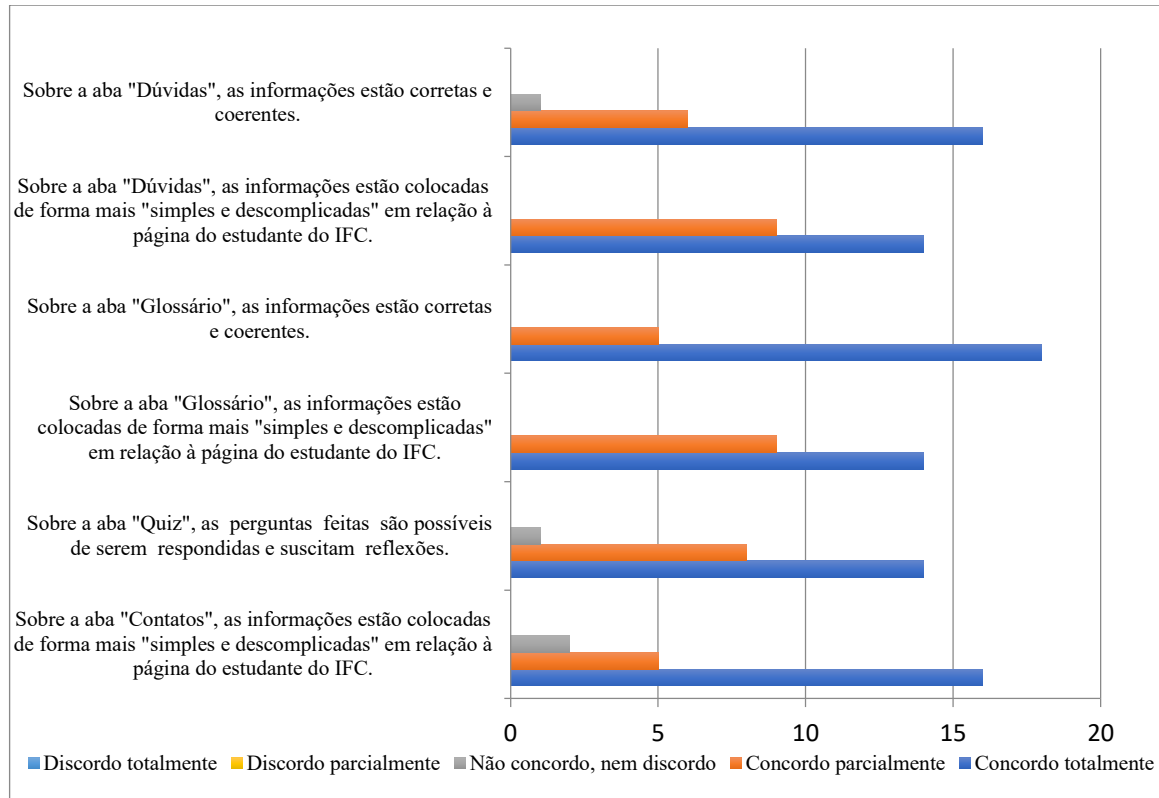
Os servidores foram questionados também sobre a sua opinião a respeito do conteúdo do aplicativo, dividido em abas, conforme pode ser verificado nos gráficos 2 e 3:

Gráfico 2 – Avaliação do PE pelos servidores – sobre as abas



Fonte: elaborado pela autora (2021)

Gráfico 3 - Avaliação do PE pelos servidores – sobre as abas



Fonte: elaborado pela autora (2021)

Mais uma vez, observa-se a boa avaliação do aplicativo por parte dos servidores, uma vez que mais de 90% (para algumas abas, 100%) responderam que concordam parcial ou totalmente que as abas apresentadas no Descomplica PAE estão corretas e coerentes e estão colocadas de forma mais “simples e descomplicada” em relação à página do estudante do IFC, canal oficial de informações relativas ao PAE do IFC.

Nas duas perguntas abertas do questionário de avaliação do PE com os servidores, houve sugestões de melhorias para o aplicativo que, na medida do possível, foram realizadas, como: novos itens para serem incluídos na aba de dúvidas; dar mais destaque para alguns textos ou palavras; fazer tutoriais, entre outros. Algumas sugestões poderão ser adotadas caso o IFC continue com o aplicativo, como por exemplo a previsão de próximos editais, pois a pesquisadora não possui essa informação.

Muitos servidores teceram elogios ao aplicativo, como pode ser observado nas palavras de SA17 (2021):

Sensacional essa iniciativa, principalmente em época de pandemia, é fundamental aperfeiçoar o aspecto tecnológico, visando a desburocratização, o excesso de papéis e a democratização do acesso à informação. Sou totalmente favorável ao PAE virtual, [...] sempre [com] o respaldo das comissões locais, em termos de informações e explicações necessárias. Muito interessante esse aplicativo/site,

considerando a quantidade de informações disponibilizadas. Parabéns pelo trabalho de pesquisa! Vai ajudar muito as comissões locais, principalmente em termos de orientação dos alunos.

Para AS03 (2021) o “*Aplicativo atende as expectativas quanto a facilitar o entendimento do programa*”, SA10 (2021) parabenizou a pesquisadora “*pelo excelente trabalho e pela ideia inédita de criar esse site Descomplica. É incrível seu produto*” e SA16 (2021) considerou que o “*O leiaute é excelente, o aplicativo super intuitivo*”. Também, SA23 (2021) adentrou em algumas abas:

Muito interessante, fácil manuseio para achar as informações, a linha do tempo contextualizando o Pnaes, bem como, os fluxos das modalidades foram muito bem elaborados. Além disso, o quiz foi muito original, com questões bem diferentes e que nos faz pensar e ler com atenção. Parabéns pelo seu trabalho, pelo seu estudo e dedicação, não imaginei que ficasse um trabalho tão maravilhoso e original, nunca vi nada igual.

A partir dos trechos de respostas demonstrados acima, observa-se a boa aceitação do Descomplica PAE por parte dos servidores que atuam nas comissões de PAE, o que indica que os objetivos propostos pelo produto educacional foram alcançados, principalmente considerando o momento pandêmico que estamos vivendo, em que as ferramentas virtuais estão sendo ainda mais utilizadas. Os resultados desse questionário de avaliação estão apresentados com mais detalhes no Apêndice A.

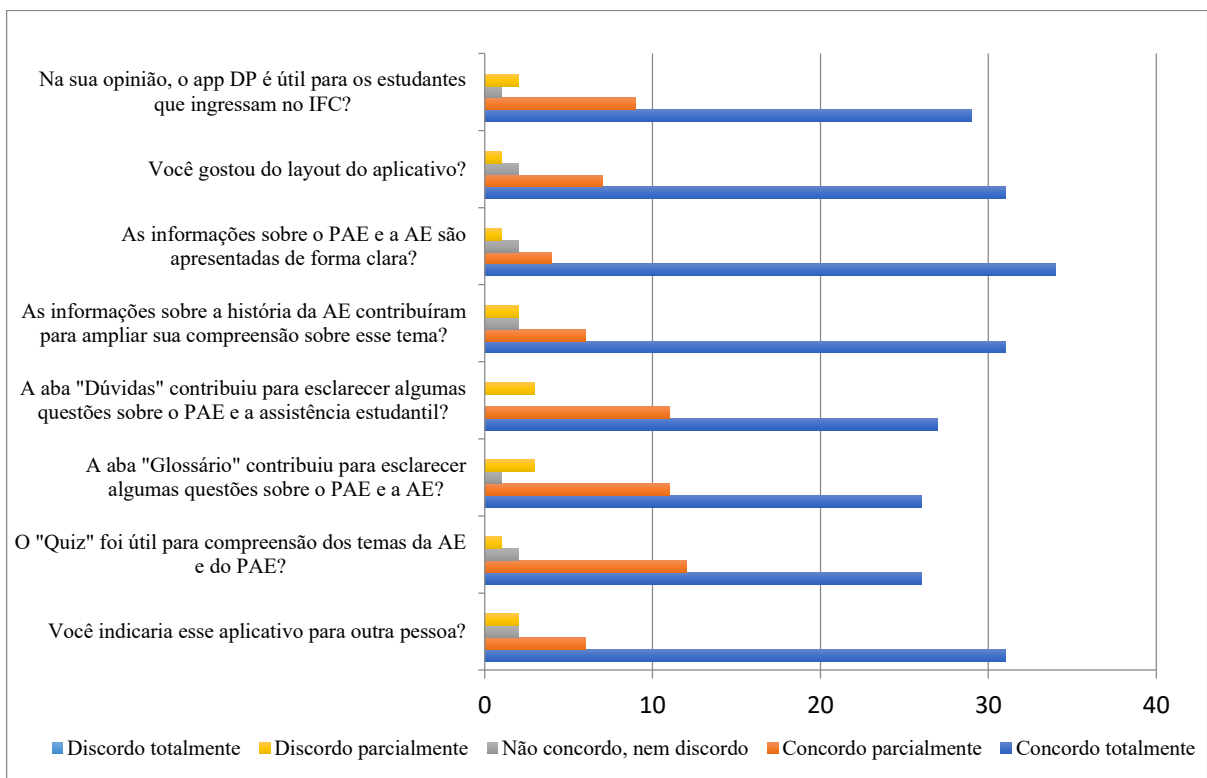
Isto posto, após alterações sugeridas e realizadas no aplicativo, entendeu-se que o mesmo estava apto a ser aplicado com os estudantes. Desse modo, em 8 de julho de 2021 foi realizada uma roda de conversa via *Google Meet*, com 7 estudantes do EMI do *campus* Rio do Sul, com a participação de dois servidores que atuam nas comissões de PAE daquele *campus*, e que auxiliaram a pesquisadora para que fosse possível esse momento. Na roda de conversa, a pesquisadora apresentou sua pesquisa e o aplicativo (os *slides* apresentados podem ser visualizados no Apêndice M). Apesar de ser uma roda de conversa, houve pouca interação dos estudantes, que não fizeram perguntas sobre o aplicativo.

O número reduzido de estudantes na roda de conversa deve-se ao fato de que os mesmos já possuem muitos compromissos virtuais. O convite, que pode ser visualizado no Apêndice I, foi feito para várias turmas do EMI do *campus* Rio do Sul e também para estudantes que os servidores consideraram possíveis usuários do PAE. Desse modo, apesar da pouca participação, entendeu-se esse momento como um processo formativo que pode ser realizado pelos servidores no início do ano letivo, por exemplo, disponibilizando aos estudantes mais uma ferramenta para ampliar o conhecimento sobre o PAE.

Na roda de conversa também foi apresentado o questionário de avaliação do aplicativo

Descomplica PAE a ser preenchido pelos estudantes que, já após o término da conversa, foi respondido por alguns participantes. No dia posterior à roda, o mesmo questionário foi enviado aos estudantes usuários do PAE dos 15 *campi* do IFC, sendo fechado no dia 20 de julho, contendo 41 respostas. A maior parte dos respondentes são do *campus* Rio do Sul (29,3%), em razão da corrente de informações repassadas nesse *campus* por ocasião da roda de conversa ter acontecido lá. Segue o Gráfico 4, contendo a avaliação do PE pelos estudantes do EMI dos 15 *campi* do IFC:

Gráfico 4 - Avaliação do PE pelos estudantes



Fonte: elaborado pela autora (2021)

De forma geral, o aplicativo foi bem aceito pelos estudantes. Entretanto, alguns não concordam que a aba “dúvidas” tenha contribuído para ampliar a compreensão deles sobre o tema da AE, por exemplo, mas na pergunta aberta – não obrigatória – que questionava se havia alguma dúvida não sanada pelo aplicativo, e se sim, pedindo para descrevê-la, todos os 16 respondentes responderam que não havia.

Na última pergunta (aberta e não obrigatória), solicitando que os estudantes deixassem sua opinião, sugestão de melhoria ou algum comentário em relação ao Descomplica PAE, houve 20 respostas, todas positivas. Apenas dois estudantes deixaram sua sugestão de melhoria, sendo que um sugeriu que houvesse um formulário com mensagem direta para o SISAIE e outro sugeriu que os botões das abas tivessem mais destaque no celular. As

sugestões foram consideradas e entendeu-se que nesse momento poderiam ser alteradas quando, e se, o IFC assumisse o aplicativo, pois entende-se também que o Descomplica PAE é um produto dinâmico, que deve ser constantemente atualizado.

Quanto aos elogios ao aplicativo, segue alguns trechos: para EA03 (2021) o aplicativo é *“muito bom e prático, com certeza nos ajudará muito nos envios de documentos e outras dúvidas que são bem frequentes em relação ao PAE”*; *“Nós, como novos ingressantes ficamos felizes e nos sentimos acolhidos em saber que têm muita gente preocupada com nosso bem estar e com nossa aprendizagem durante não somente a pandemia, mas como estudante de um Instituto Federal!”* (EA12, 2021); EA23 (2021) também considera o aplicativo *“Muito bom, pois podemos tirar nossas dúvidas sem ir atrás de servidores do instituto, ocasionando uma certa demora até o servidor responder!”*. A partir da fala de EA23 não devemos concluir que a tecnologia substitui o servidor, mas sim refletir sobre o seu papel, que é de agregar, acrescentar ao trabalho das comissões, estando a serviço da melhoria das condições de permanência do estudante.

Diante do exposto, considerando os resultados obtidos nas avaliações realizadas com servidores e estudantes, analisa-se o aplicativo Descomplica PAE com base em Rizzatti *et al.* (2020), que elaboraram uma “Proposta de Ficha de Avaliação de Produto”, que foi embasada no relatório técnico da Capes sobre produção técnica. A ficha considera que os seguintes aspectos devem ser analisados: 1) Complexidade; 2) Impacto; 3) Aplicabilidade; 4) Acesso; 5) Aderência; e, 6) Inovação.

No quesito complexidade, entende-se que o aplicativo foi concebido a partir de observações e está atrelado à pesquisa, bem como é baseado no referencial teórico deste artigo final de mestrado; o produto educacional foi aplicado com estudantes e também servidores o analisaram, sendo o seu uso imediato; a demanda para sua criação foi espontânea; o aplicativo é de fácil e livre acesso, bastando baixar o aplicativo ou ter o endereço da página e estar logado à internet. No quesito da aderência, entende-se que o PE possui origem e ligação com a linha de pesquisa (organização e memórias de espaços na EPT) do ProfEPT. Por fim, no que tange à inovação, o produto educacional foi criado a partir de algo já existente (página do estudante do IFC) *“revisitado de forma inovadora e original”* (RIZZATTI *et al.*, 2020, p. 13).

O objetivo do produto educacional construído nesta pesquisa é de aprimorar a comunicação entre IFC e estudantes e, além disso, busca facilitar o acesso aos documentos e às informações da AE, principalmente do PAE, desenvolvidas no IFC. Além de auxiliar na comunicação dos processos desse programa, o Descomplica PAE problematiza questões sociais e faz os estudantes refletirem sobre o porquê de programas como esse e sua

importância na sociedade.

Outro enfoque que pode ser analisado é o papel dos técnico-administrativos em educação (TAEs) nesse processo. Em várias legislações relativas à Educação Profissional, o trabalho dos TAEs é colocado como de cunho administrativo, afastado da perspectiva de educar (MOURA; MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2015). No entanto, o aplicativo Descomplica PAE intenciona que os TAEs participantes nas comissões de PAE atuem também na formação dos estudantes, possibilitando a construção de uma visão crítica de mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil é uma política pública educacional criada em razão da necessidade de auxiliar estudantes a se manterem estudando, diante da vulnerabilidade socioeconômica em que muitos se encontram. Diante disso, apesar das contradições em que essa política se encontra, no contexto nacional, em que se tem a falsa ideia de que as necessidades da população sejam atendidas e alinhadas para resolver os problemas estruturais apresentados pelo capitalismo e não os reais problemas das desigualdades sociais (XAVIER; SANTOS; MATHIAS, 2017), o PAE mostrou-se muito importante na vida dos estudantes do IFC, segundo resultado do questionário aplicado.

Esta pesquisa buscou, como primeiro objetivo específico, conhecer qual é o entendimento dos estudantes do EMI, usuários do PAE, sobre os limites e possibilidades do PAE, no IFC, programa do qual eles fazem parte, mas muitas vezes não o compreendem em sua totalidade. A percepção dos estudantes, apesar de positiva, sobre o PAE, deixa entrever que alguns aspectos podem ser aperfeiçoados, tais como, a facilitação do acesso à informação por meio de editais mais compreensíveis, a desburocratização dos processos, a promoção da participação dos estudantes no desenvolvimento da política, e a formação dos estudantes por meio da discussão contínua e sistematizada sobre a assistência estudantil como um direito, abordando seus aspectos históricos e sociais. Consideramos também que, em alguma medida, esta pesquisa contribuiu para que os estudantes do EMI respondentes buscassem refletir sobre o tema da AE.

Entende-se que o segundo objetivo específico: identificar as dificuldades e desafios enfrentados pelas comissões de PAE e o processo de publicização das informações sobre o PAE nos *sites* e redes sociais institucionais, no IFC, também foi alcançado durante a pesquisa. Por meio dela foi possível observar as maneiras mais utilizadas de divulgação das informações e editais do PAE. Quanto aos desafios e dificuldades enfrentadas pelas comissões, destacam-se os aspectos relativos ao acesso à informação, como a dificuldade de entendimento do edital por parte dos estudantes, a burocracia e a falta de um sistema informatizado e unificado. Os servidores, além de relatarem os desafios enfrentados, também apresentaram estratégias de aperfeiçoamento da comunicação dos assuntos relacionados ao PAE com os estudantes, que são possíveis de serem implementadas.

Assim, podemos inferir que no processo de recontextualização da política de assistência estudantil no contexto da prática, no IFC, na percepção dos servidores, aspectos não planejados no contexto mais amplo, e muitas vezes banais, interferem no fluxo e nos

processos de desenvolvimento da política e precisam ser planejados pela instituição, tais como, a capacitação dos servidores, o desenvolvimento de um sistema informatizado, a facilitação no acesso à informação através de editais mais compreensíveis e a desburocratização que, para eles, são algumas ações que auxiliariam no aperfeiçoamento do programa.

Entendemos que os servidores são peças-chave no desenvolvimento do PAE e mantê-los engajados nas lutas e pautas trazidas pelos movimentos sociais e capacitados é fundamental para a efetividade do programa, ainda mais considerando o contexto de contrarreformas e de mercantilização da educação pelo qual o País passa (CAVALHEIRO, 2013).

Os resultados obtidos nos questionários trouxeram subsídios para a construção do produto educacional Descomplica PAE, que pode auxiliar nas estratégias de comunicação com os estudantes, bem como os dados coletados poderão ser usados pela gestão e comissões de PAE do IFC para aperfeiçoar o programa. Isto posto, considera-se o terceiro objetivo específico como alcançado, pois, segundo as avaliações do aplicativo, foi criado um produto educacional que possibilita aos estudantes acesso a informações referentes ao PAE, no IFC, com potencial para auxiliar nas atividades das comissões de PAE.

O produto educacional foi criado com o intuito de “descomplicar para incluir”, trazendo o acesso às informações relativas ao PAE e à política de AE de uma forma simples e descomplicada, incluindo no processo de exercício da cidadania, os estudantes que tenham dificuldade de entendimento sobre a política, auxiliando os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a se manterem estudando.

Por fim, considerando a educação em uma perspectiva crítica e transformadora, que possibilita o desenvolvimento da cidadania e contribui na luta pela superação das desigualdades e de exclusão social, reafirmamos a relevância da política brasileira de assistência estudantil, bem como ressaltamos a importância de outras pesquisas. Apesar dos inúmeros estudos sobre a AE e o Pnaes, os dados coletados demonstram que ainda há espaço para pesquisas que aprofundem o público do Ensino Médio como usuário da política, além de investigarem a contribuição do PAE para a permanência e êxito dos estudantes, analisando as histórias de vida deles, assim como pesquisas sobre AE no IFC, que aprofundem a visão de estudantes usuários e não usuários da política.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ANDRADE, Fernanda Martini de. **Programa de alimentação escolar - PNAE: uma análise da sua gestão no Instituto Federal Farroupilha**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2019.
- BONFANTE, Roseli. **O processo de escolha profissional da classe que vive do trabalho: um estudo a partir do *campus* Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2020.
- BALL, Stephen J. **Educational reform: a critical and poststructural approach**. Buckingham: Open University Press, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.
- BRASIL, **Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição Federal (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RKgGQX>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.
- CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e**

desafios. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

CIAVATTA, Maria. Ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000100148&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2020.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU; ANDIFES; 2012.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. As Reformas no Setor Educacional Brasileiro e a Expansão do Ensino Superior. *In*: FRANÇA, Robson Luiz de (org.). **Educação e trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

GOMES, Amanda Marques de Oliveira; PASSOS, Guiomar de Oliveira. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) nos Institutos Federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 415-422, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

HORTA, José Luiz Borges. Perfil e dilema do Direito à Educação. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 56, p. 215-242, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://bityli.com/2YqmwG>. Acesso em: 11 out. 2021.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/nwLGdr>. Acesso em: 11 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Pesquisa Institucional – Censo Interno - Data de referência: 30/09/2019**. Blumenau, SC, 2019a. Disponível em: <https://bityli.com/v15IgA>. Acesso em: 17 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Portaria Normativa nº 3, de 19 de fevereiro de 2019**. Regulamenta a instituição da Comissão do PAE. Blumenau, SC, 2019b. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2019/02/Portaria-Normativa-n-3.2019-e-seu-anexo.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório de Gestão Exercício 2019**. Blumenau, SC, 2019c. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/RELAT%c3%93RIO-DE-GEST%c3%83O-DO-IFC-2019.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 5, de 26 de março de 2019.** Regulamenta o Programa de Auxílios Estudantis do Instituto Federal Catarinense. Resolução Nº 5/2019 - Consuper. Blumenau, SC, 2019d.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ)*, 7., 2018, Fortaleza. **Atas CIAIQ**. Fortaleza: [s. n.], 2018. p. 330-339. Disponível em: encurtador.com.br/cqF25. Acesso em: 22 jan. 2021.

LIMA, Antonio Bosco de. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. *In: FRANÇA, Robson Luiz de (org.). Educação e trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho.* Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010.

LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. **Práxis Educativa** [on-line], Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 42-64, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89427917003.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC.** Assunto: Assistência Estudantil – complementação de orientações contidas no ofício circular n. 21/2011. Brasília, DF: MEC, 2011.

MOURA, Dante Henrique; MAGALHÃES, Caroline Stephanie Campos Arimateia; MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues. Profissionais da educação no PNE 2014-2024: acomodação ou conflito de interesses. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: IFRN, 2015. p. 1-8. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1269>. Acesso em: 14 fev. 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Estado autocrático burguês e política educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFES. **Revista SER Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231260733.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.** 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, Jaqueline Dutra de. **CAE na rede: construindo um aplicativo para os estudantes do ensino médio integrado.** 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguarí, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. *In: MOTA, A. E. et al (org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo: Cortez, v. 3, p. 73-87, 2006.

RAUBER, Daniela Thomas; GRIMM, Viviane. O Programa De Auxílios Estudantis do Instituto Federal Catarinense: um estudo a partir da percepção de servidores atuantes nas comissões do programa. *In: SEMINÁRIO REGIONAL SUL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*, 1., 2021, Blumenau. **Anais [...]**. Blumenau: IFC, 2021a. Disponível em: <https://bityli.com/jXXDQV>. Acesso em: 3 out. 2021.

RAUBER, Daniela Thomas; GRIMM, Viviane. O Programa de Auxílios Estudantis do IFC na percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, Ipojuca, v. 4, p. 46-63, 2021b. Disponível em: <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/125>. Acesso em: 3 out. 2021.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Realeza/PR. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/ngQ3PV>. Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, Aparecido Portela da. **Impacto de políticas públicas de assistência estudantil nos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO – Campus Vilhena**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2019.

SIMÕES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. *In: MOLL, J. et al (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.* Porto Alegre: Artmed, p. 96-119, 2010.

SOARES, Andriara Ponte Casarotto. **A roda de conversa como estratégia para conhecer e ampliar a participação dos estudantes na gestão das ações do Pnaes**: percepções das lideranças estudantis dos cursos Técnicos Integrados do IFFar/Campus Alegrete. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2019.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. Na travessia: assistência estudantil da educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>. Acesso em: 19 maio 2021.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, p. 9-21, 2006.

VIANA, Daniella Araujo Facchini. **O programa de assistência estudantil e a cidadania: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Ambiente e Sociedade) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, 2016.

XAVIER, Eloisa Diehl Bigaran; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; MATHIAS, Mercia Santana. O papel da memória da sociedade na construção de políticas públicas educacionais. *In*: LIMA, Paulo Gomes (org.). Estado e políticas educacionais: leituras e discussões. **Ensaios Pedagógicos**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/3>. Acesso em: 10 ago. 2020.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL – APLICATIVO DESCOMPLICA PAE

O aplicativo “Descomplica PAE” (<https://descomplicapae.com/>), PE desenvolvido nesta pesquisa de mestrado, é um PWA (*Progressive Web App*), que é uma evolução híbrida entre as páginas de internet e os aplicativos e pode ser baixado no aparelho de celular ou ser acessado com o *link* de endereço da página. Ele foi desenvolvido nas horas vagas de um profissional de TI que não trabalha com criação de *sites*. O conteúdo, fotos (a maior parte do *site* Freepik) e cores, foram elaborados e escolhidos pela pesquisadora; e, o logotipo foi elaborado por uma profissional de arquitetura contratada.

O PE foi criado a partir das ideias surgidas das respostas às perguntas feitas aos estudantes e servidores. Sobre a melhor forma de ter acesso às informações do PAE e como aperfeiçoar a comunicação entre IFC e estudante, 56,2% dos estudantes responderam seria por meio de um *link* no *site* do IFC sobre o PAE e 55,3% responderam um aplicativo do PAE. No questionário com os servidores, a melhor estratégia indicada seria focar nas mídias sociais que os estudantes mais utilizam.

O Descomplica PAE apresenta o Programa de Auxílios Estudantis de uma forma simples, com uma linguagem um pouco mais acessível, em comparação com os editais e a página do IFC. Buscou-se trazer para dentro do aplicativo algumas questões mais latentes em relação à AE e ao PAE observadas nos questionários aplicados com estudantes e servidores, com o intuito de aprimorar a comunicação entre IFC e o corpo discente, mas sem o propósito de resolver todos os problemas apresentados, o que excede as competências e o objetivo desta pesquisa.

No aplicativo há as seguintes abas/menus para navegar no universo da assistência estudantil: “Sobre”; “PAE”; “Pnaes”; “História”; “Dúvidas”; “Glossário”; “Quiz” e “Contatos”. A aba “Sobre” apresenta o aplicativo, para situar o leitor/usuário; o “PAE” apresenta o programa de uma forma geral, trazendo sua função e características, além de informações sobre como participar dele; a aba “Pnaes” aborda questões relacionados ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; a aba “História” apresenta a história da assistência estudantil no Brasil, a partir da década de 1920, além de apresentar uma linha do tempo, indicação de leitura e referências utilizadas; na aba “Dúvidas”, os estudantes encontram situações que podem auxiliá-los, em forma de perguntas e respostas, além de trazer tutoriais sugeridos por servidores; na aba “Glossário”, há palavras ou expressões do cotidiano e processos da assistência e PAE do IFC para auxiliar os estudantes no entendimento de algumas situações; na aba “Quiz” tem-se um momento de descontração, em que os estudantes

podem responder a 10 perguntas e verificar seu conhecimento sobre o assunto abordado no aplicativo; por fim, no menu “Contatos” há a compilação de contatos das comissões de PAE e SISAE dos 15 *campi* do IFC.

O aplicativo poderá auxiliar os estudantes na compreensão do edital, pois muitos itens relativos a ele se encontram de forma simplificada no Descomplica, “permitindo mais autonomia e conhecimento sobre o que é desenvolvido na instituição” (OLIVEIRA, 2020, p. 15), semelhante ao produto educacional da colega pesquisadora do ProfEPT IFFar. Além disso, o produto educacional propõe também que seus leitores e usuários reflitam sobre a AE e a sociedade onde vivemos, no contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em que estes estudantes estão inseridos.

A intenção de elaboração do produto educacional foi de que o IFC pudesse utilizá-lo em suas atividades e processos cotidianos das comissões de PAE, ou no ingresso de novos estudantes no IFC. Segundo o resultado do questionário realizado com as comissões de PAE, o aplicativo Descomplica PAE apresenta potencial para auxiliar na atuação das comissões, tanto que a Instituição já o está utilizando, como pode ser verificado em <https://estudante.ifc.edu.br/descomplica-pae/>. Após a validação do produto, será possível passar a edição às comissões de PAE ou à CGPPE da Reitoria do IFC que poderão lapidar o produto conforme as necessidades forem surgindo, inserindo também as sugestões propostas pelos servidores, mas que não foram adicionadas em um primeiro momento no aplicativo.

O PE foi elaborado levando-se em consideração os eixos conceituais de Kaplún (2003), a ficha de avaliação de produto, elaborada por Rizzati *et al.* (2020) e segundo os eixos avaliativos de Leite (2018). Além de utilizar a legislação vigente nessa área (BRASIL, 2010; IFC, 2019) e autores que estudaram a história da AE (KOWALSKI, 2012; NASCIMENTO, 2013), para o menu “História”.

Para seu aperfeiçoamento, o aplicativo foi avaliado por servidores das comissões de PAE e estudantes do EMI do IFC, por questionário *on-line*, via *Google Forms*. O questionário aplicado aos servidores teve 23 respondentes e, de forma geral, foi positivo. Quando perguntados se o Descomplica PAE apresenta uma organização estética visualmente atrativa e de fácil compreensão e se apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão, teve a mesma porcentagem de respostas: 91,3% dos respondentes concordam com a afirmação, um servidor (4,3%) não concorda e nem discorda, e um servidor (4,3%) discorda da afirmativa. As perguntas sobre se o Descomplica PAE apresenta capítulos/menus interligados e coerentes e se apresenta conceito e argumentos claros também obtiveram a mesma porcentagem de respostas: 94,7% concordam e um servidor (4,3%) discorda sobre essas afirmativas.

Para 87% dos servidores respondentes, o aplicativo tem potencial para auxiliar na atuação as comissões de PAE, 2 servidores (8,6%) discordam e um (4,3%) não concorda e nem discorda. O conteúdo do Descomplica PAE propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente na opinião de 78,3% dos respondentes, 17,4% não concordam e nem discordam e um servidor não concorda. 95,6% dos servidores respondentes entendem que o aplicativo aborda aspectos históricos, políticos, culturais e sociais; 78,3% entendem que o Descomplica PAE traz uma nova abordagem sobre o PAE.

Nas perguntas específicas sobre as abas, foram obtidas as seguintes respostas dos 23 respondentes:

Quadro 1 – Distribuição das respostas às perguntas sobre as abas do aplicativo Descomplica PAE

Perguntas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Sobre a aba "PAE", as informações estão corretas e coerentes.	-	-	4,30%	17,40%	78,30%
Sobre a aba "PAE", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC.	-	-	4,30%	30,40%	65,20%
Sobre a aba "Pnaes", as informações estão corretas e coerentes.	-	-	8,70%	34,80%	56,50%
Sobre a aba "Pnaes", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC.	-	-	-	26,10%	73,90%
Sobre a aba "História", as informações estão corretas e coerentes.	-	-	-	30,40%	69,60%
Sobre a aba "Dúvidas", as informações estão corretas e coerentes.	-	-	4,30%	26,10%	69,60%
Sobre a aba "Dúvidas", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC.	-	-	-	39,10%	60,90%
Sobre a aba "Glossário", as informações estão corretas e coerentes.	-	-	-	21,70%	78,30%
Sobre a aba "Glossário", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC.	-	-	-	39,10%	60,90%
Sobre a aba "Quiz", as perguntas feitas são possíveis de serem respondidas e suscitam reflexões.	-	-	4,30%	34,80%	60,90%
Sobre a aba "Contatos", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC.	-	-	8,70%	21,70%	69,60%

Elaborada pela autora (2021).

Na perguntas abertas sobre se havia algum conteúdo a ser corrigido ou melhorado no Descomplica PAE e para deixarem sua opinião sobre o aplicativo, foram observadas algumas sugestões de melhoria, que foram categorizadas conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Categorização das sugestões de melhoria para o aplicativo Descomplica PAE

CATEGORIA	SUGESTÃO	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Documentos	Colocar algumas explicações sobre a lista de documentos necessários para a inscrição	X		
Documentos	Falar também que quando ocorre uma mudança na configuração familiar e o aluno está recebendo auxílio, ele deve avisar as assistentes sociais, para realizar a atualização da documentação	X		
Layout	Sugiro que o Quiz apresente para que quem está respondendo quais respostas eram as corretas e as que marcou incorretamente	X		
Layout	Colocar em destaque que o aplicativo não substitui a leitura do edital	X		
Contatos	O email do SISAE de Araquari está incorreto, foi atualizado recentemente	X		
Contatos	Incluir o e-mail pae.abelardoluz@ifc.edu.br nos contatos de Abelardo Luz	X		
Layout	Os menus poderia estar do lado esquerdo da tela para ser visto com mais facilidade.		X	Dificuldades operacionais e temporais para realizar a mudança.
Inscrição	Seria interessante um MENU cadastro para os alunos que desejassem ser notificados quanto a aberturas de novos editais do PAE.		X	Sugestão para ação futura, caso o IFC continue com o app.
Documentos	Talvez seria legal por alguns vídeos de orientação de como organizar a documentação		X	Muito tempo para elaboração, e falta de conhecimento e ferramentas para sua elaboração.
Inscrição	Um tutorial mais prático de como se inscrever, tipo um passo-a-passo		X	O fluxo da aba "pae" já é um passo a passo
Documentos	Explicar o questionário socioeconômico seja importante	X		
Inscrição	Incorpore também o processo de inscrição e uma aba com a publicação dos editais, documentos para download e local para submissão		X	Sugestão para ação futura, caso o IFC continue com o app.
Layout	Deveria ser desenvolvido ali dentro uma aba com link para os editais, e posteriormente um local para carregar os materiais e documentos para os alunos que participam dos editais		X	Sugestão para ação futura, caso o IFC continue com o app.
Inscrição	Previsão de próximos editais		X	Sugestão para ação futura, caso o IFC continue com o app.
Documentos	Tutorial como baixar um aplicativo que transforma documentos em pdf	X		
Documentos	Tutorial como transformar documentos em pdf através do celular;	X		

Documentos	Tutorial como enquadrar bem os documentos na imagem.	X		
Documentos	Tutorial como inserir vários documentos em um único arquivo pdf;	X		
Documentos	Como fazer fotos das carteiras de trabalho de acordo com o previsto nos editais;	X		
Documentos	Tutoriais sobre o acesso aos sites/links de outros órgãos oficiais onde os estudantes acessam informações tais como: CNIS, extrato de benefício previdenciário, que são exigidos em Edital para comprovação das informações	X		
Documentos	Orientação sobre o preenchimento dos questionários socioeconômicos (que são os anexos norteadores do processo de conferência dos documentos e estudo socioeconômico).	X		
Revisão	Talvez seria interessante passar o site por uma revisão. Alguns termos, pontuação, podem ser melhorados	X		

Elaborada pela autora (2021).

As colunas “Sim” e “Não” são sobre se a sugestão foi acatada nesse primeiro momento ou não, caso não tenha sido, foi informada uma justificativa na última coluna. Os demais comentários foram relacionados a elogios, principalmente parabenizando a pesquisadora pelo produto educacional.

Após ajustes sugeridos, o aplicativo foi aplicado durante uma roda de conversa com estudantes do EMI do *campus* Rio do Sul, ocasião em que foi apresentado aos estudantes o aplicativo. Essa dinâmica realizada é uma proposta de momentos futuros, em que as comissões de PAE ou servidores dos *campi* poderão realizar a apresentação do PAE através do aplicativo, principalmente para as turmas ingressantes no IFC, que foram as que mais apresentaram dificuldade de entendimento no processo. Também, a partir da utilização do produto educacional pelos estudantes, é possível que haja uma procura menor dos estudantes com dúvidas aos servidores, pois eles poderão ir diretamente ao aplicativo para saná-las.

Ainda, após a roda de conversa, abriu-se a avaliação via questionário *on-line* com estudantes do EMI dos 15 *campi* do IFC. Foi enviado *e-mail* aos estudantes que receberam o auxílio do PAE em 2021, mas na mensagem enviada a eles foi informado que eles poderiam compartilhar o aplicativo e o questionário com seus colegas. O questionário teve a participação de 41 estudantes, apenas os *campi* Luzerna e São Francisco do Sul não tiveram participantes, e o *campus* mais cooperativo foi Rio do Sul, com 12 respondentes (29,3%), em razão da roda de conversa ter acontecido lá.

Dos respondentes, a maioria tem idade de até 17 anos (75,6%). Dos respondentes, 51,2% é do 2º ano do EMI, 24,4% do primeiro ano e 22% do terceiro ano. Apenas 7 estudantes

(17,1%), nunca receberam o auxílio do PAE. 75,6% dos respondentes abriram o aplicativo no seu celular, 22% no notebook/computador.

A respeito da opinião dos estudantes sobre o Descomplica PAE, 92,7% gostou do *layout* do DP, considera o aplicativo útil para os estudantes que ingressam no IFC e também considera que as informações apresentadas sobre o PAE e o Pnaes estão claras. Além disso, 90,2% entendem que as informações sobre a história da AE contribuem para ampliar sua compreensão sobre esse tema. Para 92,7%, a aba “Dúvidas” contribui para esclarecer algumas questões sobre o PAE e a AE, e o “Glossário” contribui para 90,2%, três estudantes discordam destas duas afirmativas sobre as respectivas abas. Também 92,7% têm a opinião de que a aba “Quiz” é útil para a compreensão dos temas sobre AE e PAE.

Dentre os respondentes, 37 (90,2%) indicariam o aplicativo para outra pessoa; dois não indicariam. Na pergunta aberta, não obrigatória, sobre se havia dúvida sobre o PAE e a AE que não havia sido apresentada no aplicativo, todos os 16 respondentes informaram não haver. Na última pergunta, aberta e não obrigatória também, era solicitado aos participantes que deixassem sua opinião, sugestão de melhoria, elogio ou algum comentário que quisessem fazer a respeito do Descomplica PAE, as respostas foram positivas, pois os estudantes teceram elogios ao produto educacional e apenas dois sugeriram melhoria.

Segue dados técnicos sobre o produto educacional:

Origem do produto: o aplicativo/site “Descomplica PAE” é resultado do projeto de pesquisa, intitulado “..., desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do polo Blumenau.

Área do conhecimento: ensino.

Público-Alvo: estudantes do Instituto Federal Catarinense, do Ensino Médio à Graduação, que tenham interesse no assunto da Assistência Estudantil e/ou que sejam possíveis beneficiários do Programa de Auxílios Estudantis.

Categoria deste produto: Software/Aplicativo.

Finalidade: o produto educacional foi criado com o intuito de “descomplicar para incluir”, trazendo o acesso às informações relativas ao PAE e à política de AE de uma forma simples e descomplicada, incluindo no processo de exercício da cidadania, os estudantes que tenham dificuldade de entendimento sobre a política, auxiliando os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a se manterem estudando.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC).

Avaliação do produto: a avaliação deu-se através de questionário *online*, via *Google Forms*, com estudantes do EMI dos 15 *campi* do IFC e servidores atuantes das comissões de PAE;

roda de conversa com estudantes do EMI do campus Rio do Sul, e; pela banca de defesa do artigo final e produto educacional.

Disponibilidade: irrestrita.

Divulgação: digital.

Instituição envolvida: Instituto Federal Catarinense (IFC).

URL: <https://descomplicapae.com/>, também disponível no repositório da EduCapes e na página do estudante do IFC (<https://estudante.ifc.edu.br/descomplica-pae/>).

Idioma: português.

País: Brasil.

Na sequência, apresenta-se o início (em razão do tamanho e espaços disponíveis) da página inicial e das abas do aplicativo “Descomplica PAE” acessado através de *notebook*/computador (no celular o *layout* altera um pouco, pois se adapta à tela), que pode ser acessado através do endereço <https://descomplicapae.com/>.

Figura 1 – Página inicial do aplicativo Descomplica PAE





DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

Venha conhecer mais sobre o PAE e a Política de Assistência Estudantil. Seja bem vindo!

[Saiba Mais](#)

PAE

 O Programa O PAE é para você, estudante que precisa de auxílio financeiro para se manter estudando, com qualidade, no IFC. Para participar desse	 Por que precisamos de programas como o PAE? Porque vivemos em uma sociedade desigual, em que os filhos de trabalhadores	 Para quem é? O PAE é destinado aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (com renda por pessoa da família de até	 Auxílios Há três tipos de auxílio financeiro no IFC: auxílio-moradia, auxílio-permanência I e auxílio-permanência II. Os valores dos auxílios são: 10
---	--	---	--

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 2 – Aba “Sobre” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

SOBRE

Olá, estudante!

O Descomplica PAE é um produto educacional que foi idealizado a partir de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - do campus Blumenau do IFC - sobre a assistência estudantil no ensino médio integrado do IFC.

O foco principal de estudo da pesquisa é o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC. *Compreendemos a importância dela na vida*

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 3 – Aba “PAE” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

PAE

O que é?

O PAE é o Programa de Auxílios Estudantis do IFC, destinado a ajudar estudantes com uma quantia de dinheiro mensal por um período de tempo. Esse programa faz parte da Política de Assistência Estudantil do IFC, que é orientada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES. A [Resolução N° 5/2019](#) - CONSUPER é que regulamenta o PAE do IFC.

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 4 – Aba “Pnaes” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

PNAES

O que é o PNAES?

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como o próprio nome já diz, é um programa nacional, que fez da assistência estudantil um direito, através do Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010. É um programa amplo e que não diz respeito apenas ao auxílio financeiro, mas atua em diversas áreas.

As ações relativas à assistência estudantil do PNAES devem ser nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, ansiedade, entre outras.

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 5 – Aba “história” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

HISTÓRIA

História da Assistência Estudantil

A política de assistência estudantil faz parte de um processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis. A sua história foi sendo construída ao longo dos anos, com a participação dos dos movimentos sociais, em algumas épocas de maneira mais expressiva, em outras mais contida, dependendo dos grupos que dominavam o Estado na época. A história da assistência estudantil é condicionada pelo contexto político, social e econômico. Para organizar de uma forma mais fácil, essa narrativa está separada por décadas com destaque para as ações mais importantes do ponto de vista da legislação, começando na década de 1920 do século XX.

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 6 – Aba “Dúvidas” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

DÚVIDAS

Você está com dúvidas em relação ao PAE e a outros assuntos relacionados à assistência estudantil? Essa página pode ajudar você a saná-las!

- Dúvidas com formulários ou documentos? Tutoriais aqui! ▾
- Eu estando matriculado no IFC já tenho direito ao PAE? ▾
- Como posso ter acesso ao PAE? ▾
- O que são os editais do PAE? ▾

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 7 – Aba “Glossário” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

GLOSSÁRIO

A
ASSISTENTE SOCIAL

Profissional que atua no IFC buscando que os estudantes tenham acesso às políticas e direitos sociais, esse servidor atua nas comissões de PAE e faz as análises e pareceres socioeconômicos dos estudantes que se inscrevem nos editais do PAE.

C
CRONOGRAMA

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 8 – Aba “Quiz” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

QUIZ

E aí, vamos exercitar nossos conhecimentos sobre o PAE e a assistência estudantil?

Partiu responder ao PAE Quiz então!

Iniciar PAE Quiz

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Figura 9 – Aba “Contatos” do aplicativo Descomplica PAE

DESCOMPLICA
DP PAE

Sobre PAE PNAES História Dúvidas Glossário Quiz Contatos

DESCOMPLICAR PARA INCLUIR

Entenda como funciona o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC, de uma forma simples e descomplicada.

[Clique aqui](#) para acessar os editais.

CONTATOS

Caso você precise entrar em contato com os servidores das comissões de PAE, segue abaixo os contatos dos respectivos campus, lembrando que os servidores estão trabalhando de forma remota, assim, o melhor meio de comunicação é através do e-mail. Essas informações foram retiradas da página do estudante do IFC e do item 12.12 do edital N° 27/2021.

Campus Abelardo Luz
Telefone: (47) 3331-7881 / (47) 3331-7891
E-mail: sisae.abelardoluz@ifc.edu.br; pae.abelardoluz@ifc.edu.br

Campus Araquari
Telefone: (47) 3331-7881 / (47) 3331-7891

Fonte: <https://descomplicapae.com/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Referências

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 5, de 26 de março de 2019.** Regulamenta o Programa de Auxílios Estudantis do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2019.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ)*, 7., 2018, Fortaleza. **Atas CIAIQ**. Aveiro: Ludomedia, 2018. p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, Jaqueline Dutra de. **CAE na rede: construindo um aplicativo para os estudantes do ensino médio integrado**. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2020.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM ESTUDANTES USUÁRIOS DO
PAE DO EMI DO IFC – PERÍODO OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2020**

Seção 1 de 6

Questionário sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC

Olá, estudante!

Meu nome é Daniela Rauber, sou aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFC - Campus Blumenau, e estou fazendo uma pesquisa sobre a assistência estudantil no IFC.

Para o desenvolvimento da pesquisa preciso muito de sua participação respondendo este questionário. O preenchimento dura cerca de 15 minutos e as informações fornecidas serão mantidas no anonimato.

Antes de preencher peça a autorização de seus pais ou responsáveis. No link: <https://bit.ly/3hWaY5u> e <https://bit.ly/30hMfD1> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - para os pais - e, ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - para os estudantes.

Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, você poderá entrar em contato comigo pelo e-mail daniela.rauber@ifc.edu.br ou WhatsApp, (47) 98822-2839.

Antecipadamente agradeço sua participação!

Endereço de e-mail _____

Eu e meus pais ou responsável concordamos com a minha participação nesta pesquisa e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

- () Concordamos (é direcionado para as perguntas)
() Não concordamos (é direcionado para o final do questionário)

Nome completo do(a) estudante: _____

Nome completo do(a) responsável: _____

Parentesco ou justificativa para guarda: _____

Seção 2 de 6

Identificação - para conhecer você melhor

Qual é o campus que você estuda? () Abelardo Luz () Araquari () Blumenau () Brusque () Camboriú () Concórdia () Fraiburgo () Ibirama () Luzerna () Rio do Sul () Santa Rosa do Sul () São Bento do Sul () São Francisco do Sul () Sombrio () Videira

Qual a sua faixa etária? () ATÉ 17 ANOS () DE 18 A 24 ANOS () DE 25 A 35 ANOS () DE 36 A 50 ANOS () A PARTIR DE 51 ANOS

Sexo: () Feminino () Masculino () Outro

Como você define a sua cor? () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta () Outros

Você possui alguma deficiência e/ou necessidade específica? () Não () Sim, visual (baixa visão ou cegueira) () Sim, auditiva () Sim, motora/física () Sim, intelectual/mental () Outros

Qual é o curso que você está matriculado no IFC? () Agropecuária () Informática () Química () Eletromecânica () Controle Ambiental () Hospedagem () Alimentos () Administração () Vestuário () Automação Industrial () Segurança do trabalho () Agroecologia () Guia de turismo () Eletroeletrônica () Outro

Em que turno você estuda? () Manhã () Tarde () Manhã e tarde

Seção 3 de 6

Sobre sua participação no Programa de Auxílios Estudantis

Quais destes auxílios do Programa de Auxílios Estudantis você recebe no momento? (pode marcar mais de uma opção) () Auxílio Moradia (R\$ 300) () Permanência I (R\$ 400) () Permanência II (R\$ 200) () Não sei

Há quanto tempo você recebe o auxílio estudantil referente ao PAE? () Até 6 meses () De 6 meses a 1 ano () De 1 ano a 2 anos () 3 anos ou mais

Você já teve o pedido indeferido (negado ou recusado) de algum edital do Programa de Auxílios Estudantis do IFC? () Sim () Não

Se sim, por qual ou quais motivos? () Não estar com a matrícula regularizada () Não estar cursando o mínimo de 4 disciplinas () Não ter preenchido o pré-cadastro () Ultrapassou o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) () Inconsistência de informações () Falta de documentos () Outros

Se você já sentiu a necessidade de fazer alguma reclamação com relação ao Programa de Auxílios Estudantis do IFC, nesse momento você procurou quem para ajudá-lo? () Não houve necessidade de reclamação () Ouvidoria () Secretaria Acadêmica () Professor () Diretor do campus () Integrantes da comissão do Programa de Auxílios Estudantis do campus () E-mail assuntos.estudantis@ifc.edu.br () Não procurei auxílio () Outros

Seção 4 de 6

Sobre o Programa de Auxílios Estudantis

De acordo com o seu entendimento sobre o Programa de Auxílios Estudantis do IFC (Permanência I, Permanência II e Moradia Estudantil), assinale nas sentenças abaixo (1) para discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) não concordo, nem discordo, (4) concordo parcialmente e (5) concordo totalmente.

Na minha opinião, o Programa de Auxílios Estudantis do IFC é amplamente divulgado. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Quando ingressei no IFC logo tomei conhecimento do Programa de Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Eu sei onde procurar as informações referentes à assistência estudantil quando preciso. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Eu sei quem são os responsáveis/gestores do Programa de Auxílios Estudantis do IFC no campus em que estudo. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Os estudantes participam dos debates e decisões que dizem respeito ao Programa de Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Conheço como é realizada a seleção (processo de escolha) para o ingresso nos editais do Programa de Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Eu consigo entender as informações que estão nos editais do Programa De Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Encontrei dificuldades para fazer minha inscrição nos editais do PAE. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Conheço como é feita a classificação (ordem em que ficam os estudantes classificados) para o recebimento do auxílio referente aos editais do Programa de Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Conheço os critérios para não ser excluído do Programa de Auxílios Estudantis do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O valor recebido através dos editais do Programa de Auxílios Estudantis são suficientes para que eu continue no curso que frequento no IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O auxílio estudantil que recebo é decisivo para que eu consiga me manter estudando no ensino médio integrado do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Já pensei em desistir do Ensino Médio Integrado do IFC por problemas financeiros. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Já pensei em desistir do Ensino Médio Integrado do IFC por alguma outra questão além da financeira. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O Programa de Auxílios Estudantis melhorou minha qualidade de vida. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Conheço a história da assistência estudantil no Brasil. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Na minha opinião, o Programa de Auxílios Estudantis é um direito dos estudantes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Na minha opinião, há estudantes que recebem o auxílio do Programa de Auxílios Estudantis sem ter direito. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Na minha opinião, a origem social do estudante interfere na trajetória acadêmica e profissional dele. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sofro ou já sofri algum tipo de discriminação por ser beneficiário do Programa de Auxílios Estudantis. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Seção 5 de 6

Sobre o acesso às informações do Programa de Auxílios Estudantis

Como você soube da existência do Programa de Auxílios Estudantis do IFC? (pode assinalar mais de uma opção) () Site do IFC () Facebook do IFC () Instagram do IFC () SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) () Colegas () Divulgação em sala de aula () Reuniões periódicas com representação estudantil () Divulgação em murais () Materiais de divulgação (folders, boletins impressos, dentre outros) () Outros

De que forma você tira suas dúvidas sobre o Programa de Auxílio Estudantil do IFC? (pode assinalar mais de uma opção) () Nunca precisei () Lendo o edital () Contato com os membros da comissão do Programa de Auxílios Estudantis do campus () Site do IFC () Facebook do IFC () Instagram do IFC () SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) () Colegas do IFC () Reuniões periódicas com representação estudantil () Informações divulgadas nos murais do campus () Materiais de divulgação (folders, boletins impressos, dentre outros) () Outros.

Para você qual seria a melhor forma de ter acesso às informações sobre o Programa de Auxílios Estudantis do IFC? (pode assinalar mais de uma opção) () Um link no site do IFC sobre o Programa de Auxílios Estudantis (blog) () Uma página no Facebook do Programa de Auxílios Estudantis () Um perfil no Instagram do Programa de Auxílios Estudantis ()

Um aplicativo do Programa de Auxílios Estudantis () SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) () Divulgação em sala de aula () Divulgação em murais do campus () Colegas () Materiais de divulgação (folders, boletins impressos, dentre outros) () Outros

Seção 6 de 6

Sua opinião sobre o Programa de Auxílios Estudantis

Deixe aqui seu relato, sugestão de melhoria, elogio ou algum comentário que queira fazer com relação ao Programa de Auxílios Estudantis do IFC:

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
– PARA OS PAIS - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES**

Prezado pai, mãe e/ou responsável legal,

Gostaríamos de convidar seu(sua) filho(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde com a participação do seu(sua) filho(a), ele(a) realizará a seguinte atividade: **“responder questionário online, através da plataforma do Google Forms”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao responder ao questionário; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, a protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente perda ou roubo do material do questionário. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com seu(sua) filho(a) nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para consentir ou não a participação de seu(sua) filho(a). Mesmo que você acorde com a participação agora, você poderá retirar o consentimento ou interromper a participação de seu(sua) filho(a) a qualquer momento. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa o nome de seu(sua) filho(a) será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você e seu(sua) filho(a) também não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TCLE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104- 0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos o consentimento para participação de seu(sua) filho(a) nesta pesquisa!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu filho(a) na pesquisa e concordo com a participação.

**APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) –
PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES**

Prezado (a) Estudante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: **“responder questionário online, através da plataforma do Google Forms”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao responder ao questionário; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, a protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente perda ou roubo do material do questionário. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá

qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TALE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber
Instituto Federal Catarinense - Reitoria
CEP: 89051-000
Fone: (47) 9 8822 - 2839
E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm
Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau
CEP: 89070-270
E-mail: vivi.grimm@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável, **declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DAS COMISSÕES DE PAE IFC – PERÍODO OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2020

Seção 1 de 3

Questionário sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC

Olá, servidor(a)!

Meu nome é Daniela, sou discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), campus Blumenau, e estou fazendo uma pesquisa sobre a assistência estudantil no IFC, para o meu artigo final do curso. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a visão dos estudantes do ensino médio integrado sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, a fim de produzir um produto educacional que os auxilie na compreensão deste programa.

Para mapear o fluxo do PAE no IFC e as informações disponíveis nos canais de comunicação institucionais, elaborei um questionário para ser respondido pelos servidores que trabalham com esta política nos campi. Assim, peço sua contribuição respondendo a este questionário.

Se você tiver dúvidas ou problemas no preenchimento, você poderá entrar em contato comigo pelo e-mail daniela.rauber@ifc.edu.br ou WhatsApp, (47) 98822-2839.

Neste link <https://bit.ly/2G40tzL> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para acessar as informações relativas a esta pesquisa.

Desde já, agradeço a sua disposição em participar da pesquisa!

Endereço de e-mail _____

Concordo em participar da pesquisa e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Concordo (é direcionado para as perguntas)

Não concordo (é direcionado para o final do questionário)

Seção 2 de 3

Identificação

1. Qual é o campus que você trabalha? () Abelardo Luz () Araquari () Blumenau () Brusque () Camboriú () Concórdia () Fraiburgo () Ibirama () Luzerna () Rio do Sul () Santa Rosa do Sul () São Bento do Sul () São Francisco do Sul () Sombrio () Videira () Reitoria
2. Qual é seu cargo/função no IFC?
3. Há quanto tempo você atua na comissão do PAE no IFC? () Até 1 ano () Entre 1 e 2 anos () Entre 2 e 3 anos () Entre 3 e 5 anos () 5 anos ou mais

Seção 3 de 3

Sobre o PAE no seu campus

4. Como são escolhidos os membros da comissão do PAE no seu campus? Quem compõe essa comissão?
5. A comissão do PAE atua o ano inteiro ou apenas por demanda de trabalho? () Ano inteiro () Por demanda de trabalho () Outros
6. A divulgação dos editais do programa de assistência estudantil são comunicados aos discentes por meio de: () Site do IFC () Facebook () Instagram do IFC () SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) () Divulgação em sala de aula () Reuniões periódicas com representação estudantil () Divulgação em murais () Materiais de divulgação (folders, boletins impressos, dentre outros) () Outros...
7. Que estratégias poderiam ser utilizadas para aperfeiçoar a comunicação do PAE com os estudantes?
8. Quais são as dúvidas mais frequentes que os estudantes reportam a vocês com relação aos editais do PAE?
9. Para você, quais são os desafios e/ou dificuldades enfrentadas hoje pela assistência estudantil, principalmente com relação ao PAE?

**APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
– QUESTIONÁRIO SERVIDORES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Servidor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: **“responder questionário online, através da plataforma do Google Forms”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do servidor ao responder ao questionário; revitimizá-lo e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, a protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente perda ou roubo do material do questionário. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Este termo de consentimento será enviado por e-mail para o endereço eletrônico do servidor participante, e uma via será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TCLE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

**APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE APLICADO COM
SERVIDORES DAS COMISSÕES DE PAE IFC – MAIO DE 2021**

Seção 1 de 2

Questionário de avaliação - Descomplica PAE - Comissões de PAE

Olá, servidor(a)!

Meu nome é Daniela Rauber, sou aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFC - Campus Blumenau, e estou fazendo uma pesquisa sobre a assistência estudantil no IFC e o desenvolvimento de um produto educacional.

Esse questionário é direcionado aos servidores(as) que atuam diretamente com o PAE, com intuito de fazer uma avaliação do aplicativo Descomplica PAE (<https://descomplicapae.com>).

Considerando sua experiência com o conteúdo do aplicativo, sua participação é de fundamental importância para o aperfeiçoamento do aplicativo antes de testar o uso com os estudantes.

Se você tiver dúvidas ou problemas no preenchimento, você poderá entrar em contato comigo pelo e-mail daniela.rauber@ifc.edu.br ou WhatsApp (47) 98822-2839.

Neste link <https://bit.ly/3o8pSdD> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para acessar as informações relativas a esta pesquisa.

Desde já, agradeço a sua disposição em participar da pesquisa!

Endereço de e-mail _____

Concordo em participar da pesquisa e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

- () Concordo (é direcionado para as perguntas)
() Não concordo (é direcionado para o final do questionário)

Seção 2 de 2

Sobre o aplicativo Descomplica PAE

De acordo com a sua avaliação sobre o aplicativo Descomplica PAE, assinale nas sentenças abaixo (1) para discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) não concordo, nem discordo, (4) concordo parcialmente e (5) concordo totalmente.

O aplicativo Descomplica PAE apresenta uma organização estética visualmente atrativa e de fácil compreensão. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O aplicativo Descomplica PAE apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O aplicativo Descomplica PAE apresenta capítulos/menus interligados e coerentes. Discordo

Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O aplicativo Descomplica PAE apresenta conceitos e argumentos claros. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O conteúdo do aplicativo apresenta potencial para auxiliar na atuação das comissões de PAE. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O conteúdo do aplicativo propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O conteúdo do aplicativo aborda aspectos históricos, políticos, culturais e sociais. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

O aplicativo Descomplica PAE traz uma nova abordagem sobre o PAE. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "PAE", as informações estão corretas e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "PAE", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Pnaes", as informações estão corretas e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Pnaes", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "História", as informações estão corretas e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Dúvidas", as informações estão corretas e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Dúvidas", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Glossário", as informações estão corretas e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Glossário", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Quiz", as perguntas feitas são possíveis de serem respondidas e suscitam reflexões. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Sobre a aba "Contatos", as informações estão colocadas de forma mais "simples e descomplicadas" em relação à página do estudante do IFC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

Caso você tenha observado algum conteúdo que precisa ser corrigido ou melhorado no aplicativo Descomplica PAE, fique à vontade para indicá-lo abaixo.

Deixe aqui sua opinião ou algum comentário que queira fazer com relação ao aplicativo Descomplica PAE.

**APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
– QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE SERVIDORES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) servidor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC NO ENTENDIMENTO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar a visão dos estudantes do ensino médio integrado sobre o programa de auxílios estudantis no IFC, a fim de produzir um produto educacional que os auxilie a melhor compreender este programa”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: **“avaliar o produto educacional 'Descomplica PAE' respondendo a um questionário online do Google Formulários”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o seu tempo respondendo ao questionário online e analisando o aplicativo Descomplica PAE; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente a perda ou roubo do material da roda de conversa. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável, solicitamos a gentileza de informar no final desta via o seu número de WhatsApp ou endereço de e-mail, para que a pesquisadora possa enviar o link do questionário online. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Câmpus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

**APÊNDICE I – CONVITE RODA DE CONVERSA “CONHECENDO O APLICATIVO
DESCOMPLICA PAE” – COM ESTUDANTES DO EMI DO CAMPUS RIO DO SUL**

Convite para Roda de Conversa:

Conhecendo o aplicativo



Quando? Dia 8 de julho de 2021, às 18h30min.

Onde? Via Google Meet.

O link da sala será enviado via e-mail após o estudante e seu responsável concordarem com a participação do estudante na roda de conversa, respondendo ao seguinte [formulário](#).

**APÊNDICE J – FORMULÁRIO COM TCLE (PAIS) E TALE (ESTUDANTES
MENORES DE IDADE) – RODA DE CONVERSA**

Seção 1 de 2

TCLE Roda de conversa

Olá, estudante!

Meu nome é Daniela Rauber, sou aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFC - Campus Blumenau, e estou fazendo uma pesquisa sobre a assistência estudantil no IFC.

Gostaria de convidá-lo(la) para participar de uma roda de conversa, no dia 08 de julho de 2021, às 18 horas 30 minutos, via Google Meet (reunião virtual do Google), sobre o produto educacional Descomplica PAE, aplicativo desenvolvido nessa pesquisa de mestrado.

Esse questionário é para você conhecer um pouco da pesquisa e concordar ou não em participar da roda de conversa, caso concorde, será enviado para o seu e-mail o link do Meet (reunião virtual) para a roda de conversa. O preenchimento dura cerca de 3 minutos e as informações fornecidas serão mantidas no anonimato.

Antes de preencher, peça a autorização de seus pais ou responsáveis. No link: <https://bit.ly/3iQoX0Y> e <https://bit.ly/3gP7VOB> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - para os pais - e, ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - para os estudantes.

Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, você poderá entrar em contato comigo pelo e-mail daniela.rauber@ifc.edu.br ou WhatsApp, (47) 98822-2839.

Antecipadamente agradeço sua participação!

Endereço de e-mail _____

Eu e meus pais ou responsável concordamos com a minha participação nesta pesquisa e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

- () Concordamos (é direcionado para as perguntas)
() Não concordamos (é direcionado para o final do questionário)

Seção 2 de 2

Nome completo do(a) estudante: _____

Nome completo do(a) responsável: _____

Parentesco ou justificativa para guarda: _____

Qual é o campus que você estuda? () Abelardo Luz () Araquari () Blumenau () Brusque () Camboriú () Concórdia () Fraiburgo () Ibirama () Luzerna () Rio do Sul () Santa Rosa do Sul () São Bento do Sul () São Francisco do Sul () Sombrio () Videira

Qual a sua faixa etária? () ATÉ 17 ANOS () DE 18 A 24 ANOS () DE 25 A 35 ANOS () DE 36 A 50 ANOS () A PARTIR DE 51 ANOS

Em que ano do Ensino Médio Integrado você está estudando?

() 1º Ano

() 2º Ano

() 3º Ano

() Outro

Você já recebeu algum auxílio do Programa de Auxílios Estudantis do IFC?

() Sim

() Não

**APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
– PARA PAIS – RODA DE CONVERSA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado pai, mãe e/ou responsável legal,

Gostaríamos de convidar seu(sua) filho(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC: DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde com a participação, seu filho realizará a seguinte atividade: **“participar de roda de conversa via Google Meet”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao participar da reunião; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente a perda ou roubo do material da roda de conversa. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com seu(sua) filho(a) nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para consentir ou não a participação de seu(sua) filho(a). Mesmo que você acorde com a participação agora, você poderá retirar o consentimento ou interromper a participação de seu(sua) filho(a) a qualquer momento. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa o nome de seu(sua) filho(a) será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você e seu(sua) filho(a) também não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TCLE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104- 0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos o consentimento para participação de seu(sua) filho(a) nesta pesquisa!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu filho(a) na pesquisa e concordo com a participação.

**APÊNDICE L – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) –
PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE – RODA DE CONVERSA**

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Estudante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC: DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: **“participar de roda de conversa via Google Meet”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao participar da reunião; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente a perda ou roubo do material da roda de conversa. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”**.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TALE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável, **declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

APÊNDICE M – SLIDES APRESENTADOS NA RODA DE CONVERSA – EM 08 DE
JULHO DE 2021



Roda de
conversa

Conhecendo o aplicativo
Descomplica PAE

An illustration of eight diverse hands of various colors (brown, orange, red, blue, grey) raised in the air, symbolizing participation and discussion.



Apresentação

Discente: Daniela Thomas Rauber
Orientadora: Prof. Dra. Viviane Grimm

Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - PROFEPT - Campus Blumenau

An illustration of three hands holding megaphones in red, orange, and blue, symbolizing announcement or presentation.

A pesquisa

- Título: O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC: DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR;
- Objetivos:

O objetivo principal **analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis no IFC, possuem em relação aos limites e possibilidades desse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie na melhor compreensão desse programa e de seus direitos.**

E como objetivos específicos: a) Conhecer qual é o entendimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado, usuários do PAE, sobre os limites e possibilidades do PAE, no IFC; b) Identificar o processo de criação e publicação das informações sobre o PAE nos sites e redes sociais institucionais, no IFC; c) Criar um produto educacional que possibilite aos estudantes acesso a informações qualificadas referentes ao PAE, no IFC.

- Comitê de ética: TCLE E TALE.

Assistência Estudantil

- ★ O MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, através da Portaria Normativa Nº 39, em 12 de dezembro de 2007;
- ★ A assistência estudantil tornou-se direito através do Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- ★ O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC faz parte da política do PNAES, sendo regulamentado pela Resolução Nº 5/2019 - CONSUPER, de 26 de março de 2019. O PAE é um programa de auxílios financeiros para os estudantes do IFC que estão em vulnerabilidade socioeconômica.



Objetivos do PNAES (Decreto N° 7.234/2010)



- 01 Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal
- 02 Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior
- 03 Reduzir as taxas de retenção e evasão
- 04 Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação

Resultados da pesquisa: perfil dos respondentes

- Realizado questionário online, via Google Forms, obtendo 217 respostas dos estudantes do EMI dos 15 *campi* do IFC;
- Faixa etária dos respondentes: 162 alunos (74,7%) de até 17 anos e 55 alunos (25,3%) de 18 a 24 anos;
- 136 são alunas e 81, alunos;
- Como os respondentes definiram sua cor: 201 alunos, branca (69,6%); 53 alunos, parda(24,4%); 10 alunos, preta (4,6%); 1 aluno, indígena (0,5%); 1 aluno, morena (0,5%), e; 1 aluno, amarela (0,5%).
- Sobre se os respondentes possuíam alguma deficiência ou necessidade específica: 201 alunos (92,6%), não possuem deficiência; 13 alunos (6%) indicaram baixa visão ou cegueira; 2 alunos (0,9%) indicaram deficiência auditiva, e; 1 aluno, Autismo, aspeger (0,5%).

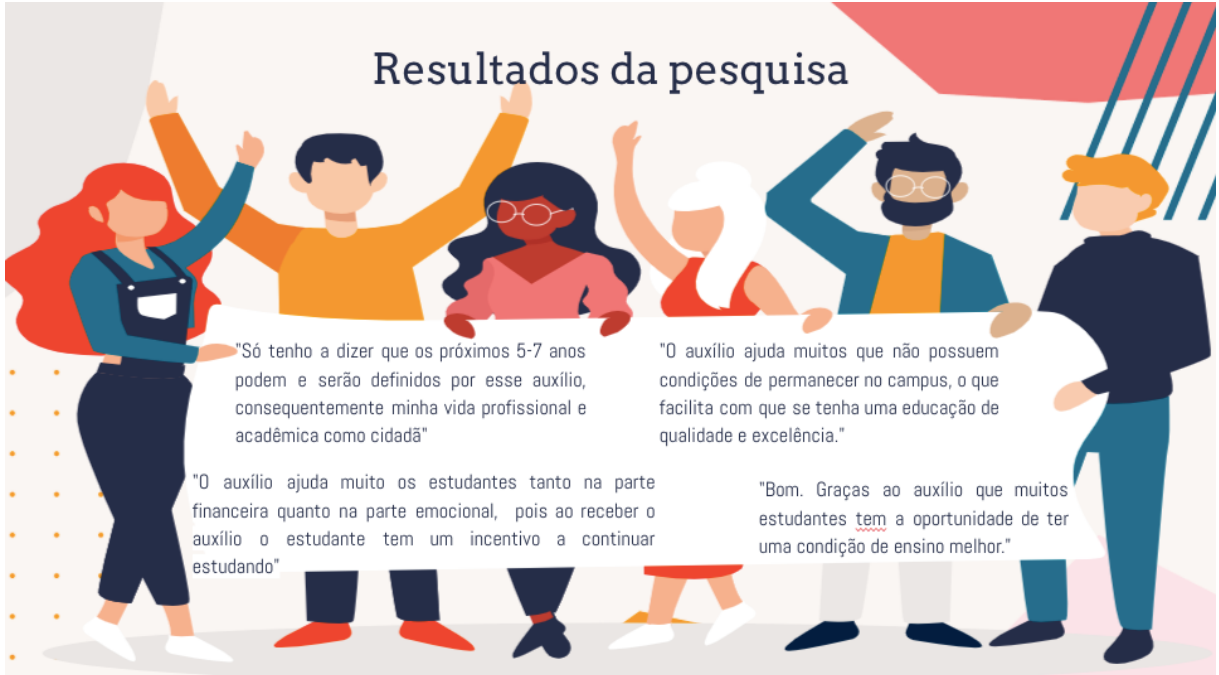
Resultados da pesquisa

- Para 79,7% o PAE é amplamente divulgado, e 3,7% dos estudantes entendem que não;
- 74,7% sabem quem são os responsáveis/gestores do PAE, 10,2% não conhecem essa informação;
- Quanto à participação estudantil, 51,1% entendem que não há participação estudantil nos debates e decisões sobre o PAE, 16,6% entende que há participação e 32,3% não concordam e nem discordam de que haja participação;
- Para 69,1% dos respondentes, o PAE é decisivo para que eles se mantenham estudando no IFC, 12% entendem não ser um fator decisivo;
- 35,4% dos respondentes já pensaram em desistir do EMI por problemas financeiros, 54% não pensou;
- Já 45,2% dos estudantes respondentes já pensaram em desistir do EMI por alguma outra questão, além da financeira, 43,8% não pensaram;

Resultados da pesquisa

- A qualidade de vida de 66,8% dos respondentes melhorou com o PAE, para 9,3% não houve melhora e 24% não concorda e nem discorda com a melhora na qualidade de vida;
- 75,2% dos respondentes informaram não conhecer a história da assistência estudantil, 9,6% dizem conhecer;
- 89,8% dos respondentes concordam que a assistência estudantil é um direito dos estudantes, 9,2% não concorda e nem discorda e para 0,9% não é um direito;
- 42,9% dos estudantes entendem que há estudantes que recebem o PAE sem ter direito, 24% não concordam e nem discordam e 33,2% dos estudantes discordam dessa afirmativa;
- A origem social do estudante interfere na sua trajetória acadêmica e profissional para 58% dos respondentes, 19,8% entendem que não interfere e 22,1% não concorda e nem discorda dessa afirmativa.

Resultados da pesquisa



"Só tenho a dizer que os próximos 5-7 anos podem e serão definidos por esse auxílio, consequentemente minha vida profissional e acadêmica como cidadã"

"O auxílio ajuda muito os estudantes tanto na parte financeira quanto na parte emocional, pois ao receber o auxílio o estudante tem um incentivo a continuar estudando"

"O auxílio ajuda muitos que não possuem condições de permanecer no campus, o que facilita com que se tenha uma educação de qualidade e excelência."

"Bom. Graças ao auxílio que muitos estudantes tem a oportunidade de ter uma condição de ensino melhor."

Produto educacional: aplicativo Descomplica PAE



Produto

No Mestrado Profissional, para obter o título de mestre, é preciso elaborar um produto educacional.

Educacional

O Descomplica PAE é um aplicativo/site que tem o objetivo de aprimorar a comunicação entre os estudantes e o IFC sobre a AE.



**APÊNDICE N – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE APLICADO COM
ESTUDANTES DO EMI DO IFC – JULHO DE 2021**

Seção 1 de 4

Questionário de avaliação – Descomplica PAE

Olá, estudante!

Meu nome é Daniela Rauber, sou aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFC - Campus Blumenau, e estou fazendo uma pesquisa sobre a assistência estudantil no IFC.

Esse questionário é para conhecer a opinião do público que acessou o aplicativo Descomplica PAE, com o objetivo de aprimorá-lo sempre mais. O preenchimento dura cerca de 10 minutos e as informações fornecidas serão mantidas no anonimato.

Antes de preencher, caso tenha menos de 18 anos, peça a autorização de seus pais ou responsáveis. No link: <https://bit.ly/3vGqWI6> e <https://bit.ly/3xMM4On> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - para os pais - e, ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - para os estudantes.

Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, você poderá entrar em contato comigo pelo e-mail daniela.rauber@ifc.edu.br ou WhatsApp, (47) 98822-2839.

Antecipadamente agradeço sua participação!

Endereço de e-mail _____

Eu e meus pais ou responsável concordamos com a minha participação nesta pesquisa e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

- () Concordamos (é direcionado para as perguntas)
() Não concordamos (é direcionado para o final do questionário)

Qual a sua idade?

- () Menos de 18 anos (é direcionado para a próxima seção)
() Mais de 18 anos (é direcionado para a seção 3)

Seção 2 de 4

Nome completo do(a) estudante: _____

Nome completo do(a) responsável: _____

Parentesco ou justificativa para guarda: _____

Seção 3 de 4**Identificação do estudante**

Qual é o campus que você estuda? () Abelardo Luz () Araquari () Blumenau () Brusque () Camboriú () Concórdia () Fraiburgo () Ibirama () Luzerna () Rio do Sul () Santa Rosa do Sul () São Bento do Sul () São Francisco do Sul () Sombrio () Videira

Qual a sua faixa etária? () ATÉ 17 ANOS () DE 18 A 24 ANOS () DE 25 A 35 ANOS () DE 36 A 50 ANOS () A PARTIR DE 51 ANOS

Em que ano do Ensino Médio Integrado você está estudando?

() 1º Ano

() 2º Ano

() 3º Ano

() Outro

Você já recebeu algum auxílio do Programa de Auxílios Estudantis do IFC?

() Sim

() Não

Você abriu o aplicativo Descomplica PAE pelo celular ou pelo notebook/computador?

() Celular

() Notebook/computador

() Outro

Seção 3 de 4**Sobre o aplicativo Descomplica PAE**

De acordo com a sua avaliação sobre o aplicativo Descomplica PAE, assinale nas sentenças abaixo (1) para discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) não concordo, nem discordo, (4) concordo parcialmente e (5) concordo totalmente.

- 1) Na sua opinião, o aplicativo Descomplica PAE é útil para os estudantes que ingressam no IFC? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 2) Você gostou do layout (modo como estão distribuídos os elementos gráficos) do aplicativo? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 3) Na sua opinião, as informações sobre o PAE e a assistência estudantil são apresentadas de forma clara? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 4) As informações sobre a história da assistência estudantil contribuíram para ampliar sua compreensão sobre esse tema? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 5) Na sua opinião, a aba "Dúvidas" contribuiu para esclarecer algumas questões sobre o PAE e a assistência estudantil? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 6) Na sua opinião, a aba "Glossário" contribuiu para esclarecer algumas questões sobre o PAE e a assistência estudantil? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 7) Na sua opinião, o "Quiz" foi útil para compreensão dos temas da assistência estudantil e do PAE? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 8) Você indicaria esse aplicativo para outra pessoa? Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
- 9) Você tem alguma dúvida sobre o PAE e a assistência estudantil que não foram apresentadas no aplicativos? Se sim, nos conte abaixo.
- 10) Deixe aqui sua opinião, sugestão de melhoria, elogio ou algum comentário que queira fazer com relação ao aplicativo Descomplica PAE:

**APÊNDICE O – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
– PARA PAIS – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE ESTUDANTES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado pai, mãe e/ou responsável legal,

Gostaríamos de convidar seu(sua) filho(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC: DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde com a participação, seu filho realizará a seguinte atividade: **“avaliar o produto educacional 'Descomplica PAE' respondendo a um questionário online do Google Formulários”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao responder o questionário e analisando o aplicativo Descomplica PAE; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente a perda ou roubo do material da roda de conversa. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano**

decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”.

Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com seu(sua) filho(a) nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para consentir ou não a participação de seu(sua) filho(a). Mesmo que você acorde com a participação agora, você poderá retirar o consentimento ou interromper a participação de seu(sua) filho(a) a qualquer momento. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa o nome de seu(sua) filho(a) será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você e seu(sua) filho(a) também não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TCLE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está

localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104- 0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos o consentimento para participação de seu(sua) filho(a) nesta pesquisa!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu filho(a) na pesquisa e concordo com a participação.

**APÊNDICE P – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) –
PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE
ESTUDANTES**

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Estudante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO IFC: DESCOMPLICANDO PARA INCLUIR”**, desenvolvida por Daniela Thomas Rauber, discente do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação da Professora Doutora Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

“O objetivo geral da pesquisa é analisar o entendimento que os estudantes do ensino médio integrado, usuários do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) no IFC, possuem em relação a esse programa, a fim de criar um produto educacional que os auxilie ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do PAE e, conseqüentemente, da política de assistência estudantil no IFC”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC”**.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: **“avaliar o produto educacional 'Descomplica PAE' respondendo a um questionário online do Google Formulários”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao responder o questionário e analisando o aplicativo Descomplica PAE; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente a perda ou roubo do material da roda de conversa. Além do mais,**

buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Cabe esclarecer que você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização.

Além disso, você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que serão apresentados no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Uma via deste termo de consentimento ficará com você e uma será arquivada pela pesquisadora responsável (será enviado via Google Forms, após o questionário ser respondido, o TALE constará em um link de acesso na mensagem inicial do questionário). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-

Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação!

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Thomas Rauber

Instituto Federal Catarinense - Reitoria

CEP: 89051-000

Fone: (47) 9 8822 - 2839

E-mail: danitrauber@gmail.com; daniela.rauber@ifc.edu.br

Nome da Orientadora Responsável: Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau

CEP: 89070-270

E-mail: vivi.grimm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558624064834423>

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável, **declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITE DE ÉTICA DO IFC



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO A PARTIR DA VISÃO DOS ESTUDANTES DO IFC

Pesquisador: DANIELA THOMAS RAUBER

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 32415020.5.0000.8049

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.112.071

Apresentação do Projeto:

"A presente intenção de pesquisa tem como tema a assistência estudantil no IFC, inserida em um contexto de um país com grandes desigualdade sociais e de dualidade estrutural. O objetivo geral da pesquisa é analisar a visão dos estudantes do ensino médio integrado, dos 15 campi do IFC, sobre o programa de auxílios estudantis no IFC e, por fim, elaborar um produto que possibilite uma melhor compreensão dos estudantes sobre a assistência estudantil no IFC. O foco da pesquisa será o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), do IFC. Quanto à fundamentação teórica, foram aprofundados os temas bases da EPT, o ensino médio integrado e a história da assistência estudantil no Brasil. A metodologia a ser utilizada será de abordagem qualitativa, podendo ser classificado como um estudo de caso. A técnica de coleta de dados será por meio de questionário online, com estudantes beneficiários do PAE e servidores integrantes das comissões de PAE, dos campi e reitoria do IFC. A pesquisa buscará contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC."

"Metodologia Proposta: A metodologia a ser utilizada será de abordagem qualitativa, podendo ser classificado como um estudo de caso. A técnica de coleta de dados será por meio de questionário online, com estudantes beneficiários do PAE e servidores integrantes das comissões de PAE, dos campi e reitoria do IFC. As listas de estudantes beneficiados serão solicitadas às comissões do PAE, coordenação dos cursos e/ou com os servidores da Coordenação Geral de Políticas e Programas Estudantis (CGPPE), da Reitoria do IFC. A lista dos servidores será solicitada à CGPPE."



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 4.112.071

Antes de iniciarem o questionário, os estudantes menores de idade receberão o "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" (TCLE), para assinatura do pai, mãe ou responsável e um "Termo de Assentimento Livre e Esclarecido" (TALE), dando a possibilidade ao estudante de aceitar ou não participar da pesquisa. A pesquisadora solicitará ajuda dos servidores dos campi para entregarem os TCLE e TALE aos discentes participantes, onde estes informarão seu e-mail ou número de celular na via que ficará com a pesquisadora, para possa enviar o questionário online para os estudantes. Para os servidores haverá um TCLE na primeira página do questionário online, que, com o aceite do participante, será enviado para o seu endereço de email."

Critério de Inclusão: Alunos regularmente matriculados no ensino médio integrado do IFC; alunos beneficiados dos editais de Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do ano de 2020, do IFC; servidores dos campi integrante das comissões de PAE, e; servidores da reitoria que trabalham diretamente com o PAE.
Critério de Exclusão: Alunos do ensino superior; alunos que não recebam o auxílio do PAE; servidores da PROEN que não trabalham diretamente com o PAE; servidores de outras pró-reitorias; servidores dos campi que não façam parte da comissão do PAE (estes todos não participarão da pesquisa).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a visão dos estudantes do ensino médio integrado sobre o programa de auxílios estudantis no IFC, a fim de produzir um produto educacional que os auxilie a melhor compreender este programa.

Objetivo Secundário: Mapear o fluxo do programa de auxílios estudantis no IFC, sua gestão nos diferentes câmpus e as informações disponíveis nos canais de comunicação institucionais; Identificar o perfil socioeconômico dos estudantes do ensino médio integrado do IFC beneficiados pelo programa de auxílios estudantis; Analisar a compreensão dos estudantes sobre o programa de auxílios estudantis do IFC, suas potencialidades e seus limites; Criar um blog da assistência estudantil do IFC com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre este programa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Invasão de privacidade; tomar o tempo do estudante ao responder ao questionário; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, "buscaremos garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizando desconfortos, garantindo liberdade para não



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 4.112.071

responder questões constrangedoras; assegurando a confidencialidade e a privacidade, a protegendo a imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitaremos cuidadosamente perda ou roubo do material do questionário. Além do mais, buscaremos garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”.

Benefícios: A pesquisa buscará contribuir para o aperfeiçoamento da política e comunicação do programa de auxílios estudantis do IFC.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16

Em conformidade o CNS - CONEP e as "Orientações para Condução de Pesquisas e Atividades dos CEP durante a Pandemia provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2(COMID-19) de 09 de maio de 2020" página inicial da Plataforma Brasil. II. Orientações Para Pesquisadores. 3. Orientações Gerais para a Condução de Protocolos de Pesquisa. "Os documentos submetidos ao Sistema CEP/Conep que necessitam de assinatura dos responsáveis devem ser encaminhados, preferencialmente, com certificação digital ou por documento digitalizado. Durante o período em que estiverem instaladas as medidas de segurança para a saúde pública, serão aceitos em caráter excepcional os documentos necessários para a submissão dos protocolos de pesquisa preenchidos sem assinaturas. O PESQUISADOR DEVE EXPRESSAMENTE SE COMPROMETER A INCORPORAR OS(S) DOCUMENTOS(S) DEVIDAMENTE ASSINADOS TÃO LOGO SEJA POSSÍVEL NA PLATAFORMA BRASIL.

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio de submissão para análise da Emenda de protocolo, bem como solicita-se apresentar o Relatório final (12 meses após a aprovação) - Conforme Resolução CNS 510/16.



Continuação do Parecer: 4.112.071

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1559755.pdf	13/06/2020 23:06:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_2.pdf	13/06/2020 22:50:52	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TELE_Discente_menor_de_idade_2.pdf	13/06/2020 22:50:30	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_servidores_2.pdf	13/06/2020 22:48:17	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Discente_maior_de_idade_2.pdf	13/06/2020 22:47:52	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
Outros	METODOLOGIA.pdf	13/06/2020 22:46:53	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
Outros	Email_e_termo_enviado_proreitora.pdf	23/05/2020 15:11:01	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_da_PROENassinado.pdf	23/05/2020 15:08:58	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite_de_etica.pdf	23/05/2020 15:03:17	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinada.pdf	23/05/2020 15:00:49	DANIELA THOMAS RAUBER	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMBORIU, 25 de Junho de 2020

Assinado por:
Michele Catherin Arend
(Coordenador(a))